

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**ROTAÇÃO DOS GESTORES DO CAPITAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
(1990-2016)**

VICTOR DA SILVA CASTRO

JUIZ DE FORA
2017

VICTOR DA SILVA CASTRO

ROTAÇÃO DOS GESTORES DO CAPITAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
(1990-2016)

Monografia apresentada pelo acadêmico Victor da Silva Castro ao curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha

Juiz de Fora
FACC/UFJF
2017

AGRADECIMENTOS

À minha família por sua presença a todo o momento nestes anos, apoiando e fazendo com que fosse possível realizar o curso de graduação.

Aos amigos que sempre estiveram ao meu lado tanto nos momentos difíceis e como nos momentos felizes.

Às pessoas que fizeram valer a pena toda esta nova experiência, aos novos amigos, mas não menos importantes, que foram conquistados e para sempre permanecerão ao meu lado.

Ao meu orientador, Elcemir Paço Cunha, que não só ajudou muito na realização de tal trabalho, mas também fez com que minha mente e meus olhos fossem abertos, além de suas aulas terem justificado minha permanência no curso apesar de todas críticas a ele.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, principalmente à minha mãe, e a todos que, através de sua luta diária, fizeram da universidade pública uma realidade, que tornaram isto possível.
Esta universidade deve pertencer ao povo!



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2017.

Victor da Silva Castro

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

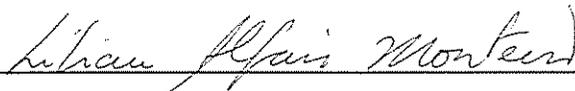
ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2017, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de VICTOR DA SILVA CASTRO, discente regularmente matriculado no Bacharelado em Administração sob o número 201346027, intitulado ROTAÇÃO DOS GESTORES DO CAPITAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1990-2016). Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o discente APROVADO (aprovado/reprovado). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 08 de dezembro de 2017.



Prof. Elcemir Paço Cunha
Orientador



Prof.^a Lillian Alfaia Monteiro



Prof.^a Renata de Almeida Bicalho

RESUMO

Este trabalho busca compreender a rotação dos gestores do capital, em sua transição entre o setor privado e o estatal, entre 1990 e 2016, relacionando-se as crises de 1998 e 2008 e a mudança de partido no poder (2002-2003) no Brasil. Os dados foram pesquisados através de dados secundários com base no currículos dos gestores, relacionando a análise da rotação com estes três momentos históricos. A análise foi feita em cinco órgãos federais que tinham relação com o aspecto econômico do Estado, visto a relevância deste aspecto para a sociedade como um todo. Pelos resultados obtidos, verifica-se uma aceleração da rotação destes gestores com os períodos de crise, com diferenças específicas em cada crise, enquanto não se verificou nenhuma mudança na rotação no que se refere a mudança de partido no poder de 2002 para 2003. Também, constata-se a presença dos gestores do capital durante todo o período estudado e a predominância de provenientes do setor financeiro.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. GESTORES DO CAPITAL E SUA ROTAÇÃO	11
2.1 Gênese no capitalismo monopolista	11
2.2 A posição estratégica dos gestores	24
2.3 Rotação e a literatura atual	29
3. ANÁLISE DOS DADOS	39
3.1 Crise de 1998.....	39
3.2 Troca de partido no poder (2002-2003)	57
3.3 Crise de 2008.....	62
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE – REFERÊNCIAS DOS CURRÍCULOS	73

1. INTRODUÇÃO

No capitalismo a acumulação do capital se mostra como uma lei fundamental. Neste processo a classe capitalista explora economicamente o trabalho pela maior valorização possível do capital, isto é, uma relação social na qual se procura aumentar o trabalho não pago que dá fruto ao mais-valor e que, por fim, é apropriado na forma do lucro. Na busca por maior lucro, o capitalista participa da concorrência com seus pares em que eliminação das firmas menores significa o processo de concentração de capital e a consolidação de monopólios.

As empresas com cada vez maior volume monetário acabam por depositá-lo em bancos. Assim, com o capital de várias empresas, tais bancos acabam adquirindo uma influência ainda aumentada pela disponibilização de crédito. Conforme o capital financeiro ganhou força, com o gerenciamento de grande volume monetário e com o aumento da dependência das empresas com respeito às instituições financeiras para investimentos, este capital se consolidou criando um grande poder econômico. Adicionado a isso, através da quebra de empresas por crises as instituições financeiras acabam ou participando na aquisição destas empresas ou ajudando elas a se reorganizarem, aumentando seu poder e sua influência.

Através da constituição das Sociedades Anônimas e a expansão do capital, foram requisitados meios para o controle e a organização dos processos dentro das empresas, surgindo o gestor como meio técnico especializado com fim de administrar o capital destas empresas. Os gestores acabaram ganhando certo poder dentro das empresas, pois os proprietários deixaram em suas mãos o controle desta, porém estes gestores perseguiram, como os capitalistas, o maior lucro possível, como meio da contínua acumulação do capital. Assim, estes não são nada mais e nada menos que gestores do capital servindo aos interesses do próprio capital.

O poder dado a estes gestores os introduziu em uma nova atividade, representar o capital não só nas empresas mas também perante ao Estado. Sicsú¹, por exemplo, numa publicação recente, trata da presença dos gestores do setor privado nos governos. Assim, os gestores como representantes do capital, cada vez mais, ingressaram em governos, de modo a buscar os interesses do capital na economia. O processo de “porta giratória” deixa mais claro a intenção destes gestores nos governos, pois com a rotação do setor privado em direção ao governo e deste ao setor privado, expõe que além de levar para o governo todos os interesses

¹ Sicsú, João. O que é a CEOcracia? **Carta Capital**, p. 15, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-que-e-a-ceocracia>>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

do setor que o gestor representa, também traz para a empresa, que o contrata ou que ele mesmo constitui depois do governo, todas as importantes informações privilegiadas adquiridas e que podem contribuir ainda mais em benefício desses interesses econômicos.

Apesar de haver material diversificado, com pesquisas referentes a vários casos com a presença da “porta giratória”, os materiais levantados se limitam ao caráter quantitativo e descritivo. Tais pesquisas têm dificuldades em mostrar os efeitos sociais determinados na presença de tal situação, não relacionando a rotação com especificidades sociais e econômicas presentes. A literatura principal, também comporta material não oriundo do caso brasileiro, o que deixa um buraco na forma de rotação destes gestores no Brasil. Portanto, de modo a contribuir com a investigação sobre a “porta giratória”, pretende-se examinar os efeitos de sua presença no Brasil, atrelando o movimento à modificação econômica e política do período, com foco na mudança de partido e nas crises, verificando se tais modificações alteram de alguma maneira a rotação destes gestores. Deste modo, o presente trabalho tem por finalidade analisar o movimento de rotação dos gestores, entre o setor privado e o governo, denominado como “porta giratória” (ou “revolving door”), no Brasil, a partir dos principais eventos econômicos e políticos do período. Sendo o período analisado de 1990, quando Fernando Collor assumiu a presidência da república, até 2016, quando Dilma Rousseff deixou a presidência da república. Como efeito comparativo, durante o período, a análise foca três momentos distintos: a crise de 1998, a mudança de partido de 2002 para 2003 e a crise de 2008, de modo a compreender de que forma tais momentos contribuíram com alguma mudança na rotação destes gestores. Registra-se que tais momentos foram analisados como recurso de método, portanto não são aprofundados teoricamente.

As crises são um episódio importante na história, pois, por serem uma questão econômica, incidem diretamente na vida social correspondente causando modificações. Assim, podem afetar a dinâmica de rotação, comportando-se como um fator importante para sua análise. O mesmo pode ser dito da mudança de partido, pois através dos ideais de cada partido há uma importante modificação de discurso e prática políticos a ser empregados. Neste caso, por exemplo, a mudança do PSDB de Fernando Henrique para o PT de Lula denotou relevância social, tendo em seu cerne a luta dos movimentos sociais. O que torna os dois fatores, de crise e de mudança de partido, importantes a serem analisados em sua relação com a rotação pela sua relevância econômica e política, alterando-a de alguma maneira.

Para o estudo da rotação destes gestores, foram escolhidos cinco órgãos do Governo Federal que têm ligação direta com a economia nacional, são estes: Banco Central (BC), Comissão de Valores Monetários (CVM), Conselho Administrativo de Defesa Econômica

(CADE), Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento. A escolha destes se comporta na atual forma do capitalismo, perante o seu atrelamento à influência do capital financeiro que, junto aos outros capitais, incide diretamente na economia através de seus representantes. Todos estes órgãos são submetidos a direção de um gestor por nomeação ou aprovação do presidente da república. Portanto, a forma da nomeação e a presença ou não da “porta giratória” corresponde diretamente a política praticada pelo presidente e também pelo partido no poder. Pelo caráter dos órgãos analisados, trabalha-se com a hipótese inicial de que, em razão do aspecto financeiro relacionado, manifeste-se maior predominância de gestores do capital financeiro, porém não excluindo a presença de outros capitais.

A pesquisa foi realizada de forma histórico-descritiva, utilizando material bibliográfico tangente o assunto pesquisado. De forma a pesquisar os currículos dos gestores para a localização da ligação ou não com o setor privado, foram utilizados dados secundários disponíveis em fontes governamentais principalmente. Porém, dados importantes foram obtidos em relatórios empresariais, sites e revistas especializadas. Através destes meios de pesquisa, de maneira a conseguir juntar os dados de cada currículo, foi acompanhada a trajetória de cada presidente ou ministro do órgão, buscando formar a biografia destes com o momento de entrada e saída do governo, documentando tudo para análise e comparação posterior.

Os passos para a conclusão do estudo se darão da seguinte forma: primeiro, através de um aporte teórico, construir-se-á o panorama social circunscrito no problema da pesquisa, desta forma, aprofundando o estudo do capitalismo, dos gestores e da “porta giratória”; após este aporte, discutir-se-á os dados levantados focando na crise de 1998, na mudança de partido de 2002 para 2003 e a crise de 2008, estabelecendo-se e relacionando-se tais momentos a possíveis mudanças na forma em que os gestores rotacionaram. Posteriormente, concluir-se-á se existiu ou não estas mudanças perante a estes aspectos, tornando a rotação, mais que uma questão numérica, uma questão tomada por elementos sociais que a aumentam ou a diminuem.

2. GESTORES DO CAPITAL E SUA ROTAÇÃO

2.1 Gênese no capitalismo monopolista

A fim de entender a realidade em que está submetida a sociedade, é preciso entender o sistema capitalista. Ao buscar a essência do sistema capitalista, Marx o viu determinado por seu modo de produção específico tanto em relação a quem constitui a sua propriedade, quanto as relações sociais impostas durante o processo de produção (DOBB, 1983).

Assim, o capitalismo não era apenas um sistema de produção para o mercado - um sistema de produção de mercadorias, como Marx o denominou - mas um sistema sob o qual a própria força de trabalho "se tomara uma mercadoria" e era comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de troca. Seu pré-requisito histórico era a concentração da propriedade, dos meios de produção em mãos de uma classe, que consistia apenas numa pequena parte da sociedade, e o aparecimento conseqüente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua força de trabalho era a única fonte de subsistência. Dessa forma a atividade produtiva era suprida pela última, não em virtude de compulsão legal, mas com base em contrato salarial. Torna-se claro que tal definição exclui o sistema de produção artesanal independente, no qual o artesão era proprietário de seus próprios e modestos implementos de produção e empreendia a venda de seus próprios artigos. Nisso não existia divórcio entre propriedade e trabalho; e, a não ser onde o artesão recorre em qualquer medida ao emprego de jornaleiros, era a venda e compra de artigos inanimados, e não de força humana de trabalho, o que constituía sua preocupação primária (DOBB, 1983, p. 7-8).

Portanto, no capitalismo o trabalhador vende sua força de trabalho, que é de sua propriedade primeiramente, como mercadoria, para o capitalista que, por sua vez, detém a propriedade dos meios de produção. Isto constitui no confronto da dependência do capitalista do trabalho por parte do trabalhador como ferramenta para a produção, ao mesmo tempo em que o trabalhador depende do salário deste trabalho para a sua sobrevivência. O que constitui as classes com seus respectivos interesses, que segundo Dobb (1983):

O interesse comum que estabelece certo grupo social como classe, no sentido em que temos discorrido, não deriva de uma semelhança quantitativa de rendas, como às vezes se supõe: uma classe não consiste forçosamente de pessoas no mesmo nível de renda, nem as pessoas situadas em dado nível de renda, ou próximas dele, são obrigatoriamente unidas por uma identidade de objetivos. Também não basta dizer que uma classe consiste naqueles que derivam sua renda de uma fonte comum, embora seja a fonte e não o tamanho da renda o que se mostra aqui importante. Neste contexto, devemos referir-nos a algo inteiramente fundamental concernente às raízes que um grupo social possui em determinada sociedade, ou seja, a relação que o grupo como um todo mantém com o processo de produção e, portanto, com os outros setores da sociedade. Em outras palavras, a relação que pode engendrar, num caso, um interesse comum em conservar e ampliar determinado sistema económico e, em outro, um antagonismo de interesse quanto a essa questão deve ser uma relação com determinada maneira de extrair e distribuir os frutos do trabalho excedente, além e acima do trabalho que vai suprir o consumo

do produtor efetivo. Como tal trabalho excedente constitui seu sangue vital, qualquer classe dominante terá de tratar a relação determinada que mantém com o processo de trabalho como sendo de importância decisiva para sua própria sobrevivência; e qualquer classe em ascensão que aspire a viver sem trabalhar, com certeza considerará sua própria carreira, prosperidade e influência futuras como dependentes da aquisição de algum direito sobre o trabalho excedente alheio (p. 12-13).

Deste modo, os interesses e os objetivos em comum que constituem uma classe, determinando cada classe em sua relação com o sistema produtivo e com toda a sociedade. Nisso, a classe capitalista busca a extração do trabalho excedente e sua manutenção de exploração, enquanto a classe trabalhadora, ao contrário, busca sua independência dessa exploração.

Perante a oposição da classe capitalista que detém o capital, contra a classe trabalhadora que detém a força de trabalho, determina-se a luta de classes aonde predomina a exploração pelo capital dessa força de trabalho. Assim, a classe dominante quer a perpetuação deste sistema em que capta o trabalho alheio, enquanto a classe dominada quer a emancipação do controle e da dependência da classe dominante.

O processo produtivo é um meio importante de formação das relações sociais, pois, ao mesmo compasso que contrapõe o capital e o trabalho, as mercadorias produzidas são inseridas no processo de distribuição e consumo (HARVEY, 2015). Porém, a distribuição não pode ser feita, para o capitalismo, sem a formação do mais-valor que constitui a finalidade do processo de produção capitalista. O mais-valor é extraído dos trabalhadores pelos capitalistas a partir do trabalho não pago, ou seja, é o montante de trabalho trabalhado que não faz parte de seu salário (MARX, 2013). Portanto, para Marx (2013):

O processo de produção é introduzido com a compra da força de trabalho por um tempo determinado, e essa introdução é constantemente renovada, tão logo esteja vencido o prazo de venda do trabalho, decorrido um determinado período de produção, semana, mês etc. Porém, o trabalhador só é pago depois de sua força de trabalho ter atuado e realizado tanto seu próprio valor como o mais-valor em mercadorias (p. 642).

Ou seja, além da compra da força de trabalho do trabalhador requerer que seja realizado em mercadorias o valor deste trabalho pago, o trabalhador também precisa realizar o trabalho não pago criando o mais-valor.

Nesse sentido, para Dobb (1975), uma característica dominante do capitalismo é:

(...) a 'anarquia da produção' (ou seja, a ausência de uma planificação e direção central), e que isso cria a possibilidade de um desenvolvimento desigual, que leva a

quebras periódicas dos elos do mercado, através dos quais estão ligadas as partículas constituintes do sistema. Em alguns países, especialmente nos subdesenvolvidos, esta anarquia da produção é a razão por que o desenvolvimento, que exige coordenação de grande número de processos simultâneos e paralelos, não se realiza, sobrevindo a estagnação económica e até o declínio. Nos países desenvolvidos, isto mesmo é motivo de crises económicas periódicas (p. 67).

Em sua ânsia por lucro, o capital não se preocupa com o desenvolvimento igual e controlado da produção, com direções e objetivos sociais específicos, possibilitando crises e a estagnação econômica dos países. Ainda, é visto em Harvey (2015) que:

A interpretação geral das forças que dominam a trajetória da história humana é utilizada para entendermos a dinâmica do capitalismo. A busca insaciável por parte dos capitalistas para se apropriarem do mais-valor impele as eternas revoluções nas forças produtivas. Mas essas revoluções criam condições que são inconsistentes com a acumulação adicional do capital e com a reprodução das relações de classe. Isso significa que o sistema capitalista é inerentemente instável e propenso a crises. Embora cada crise possa ser resolvida por meio de uma reestruturação radial das forças produtivas e das relações sociais, a fonte básica do conflito jamais é eliminada. Surgem novas contradições que geram formas de crises mais gerais (p. 163).

Nesse compromisso com o lucro a qualquer preço, são feitas revoluções nas forças produtivas a fim expandir ainda mais o capital. Porém, como não há um controle produtivo na sociedade, estas revoluções estão expostas a crises por expandirem o processo produtivo.

Com o fim na reprodução do capital, o capitalista continua a produção com o valor obtido a cada venda de mercadorias, perpetuando o movimento do capital, que o torna capitalista, através da nova exploração do trabalhador para aquisição do mais-valor (MARX, 2013). Essa forma de reprodução é que faz com que o capitalista continue sendo capitalista, e que continue a exploração do trabalho não pago do trabalhador.

Marx (2013) mostra que o capitalista, por ter uma margem de lucro, em vez de entesourá-lo ou gastá-lo pode fazer com que ele incorpore no processo de valorização do capital, juntando ao processo de reprodução do capital e aumentando a acumulação. Pela apropriação do mais-valor obtido do trabalho alheio, o capitalista se torna dependente do próprio trabalhador para que haja a valorização de seu capital. Assim, com o mais-valor obtido, o capitalista aplica-o como capital fazendo com que aumente o capital inicialmente investido.

Para acumular, é necessário transformar uma parte do mais-produto em capital. Sem fazer milagres, só podemos transformar em capital aquilo que é utilizável no processo de trabalho, isto é, os meios de produção e, além deles, aquilo com que o trabalhador pode sustentar-se, isto é, os meios de subsistência. Por conseguinte, é preciso empregar uma parte do mais-trabalho anual na fabricação de meios de

produção e de subsistência adicionais, numa quantidade acima daquela requerida para a reposição do capital adiantado. Numa palavra: o mais-valor só pode ser convertido em capital porque o mais-produto, do qual ele é o valor, já traz em si os componentes materiais de um novo capital (MARX, 2013, p. 656).

Ao acumular o capital, o capitalista pode pegar o seu lucro tanto para fazer o seu entesouramento e usufruí-lo como renda, quanto para adicioná-lo novamente no processo de produção ampliando a massa do capital investido sob a forma constante e variável. Com isso, o capitalista ao reinvestir aumenta seus meios de produção e sua força de trabalho. Desse modo, ao ampliar este capital, a reprodução se torna progressiva e o capitalista amplia seu capital cada vez mais, pois, segundo Marx (2013), a “propriedade do trabalho pretérito não pago se manifesta agora como a única condição para a apropriação atual de trabalho vivo não pago, em escala cada vez maior. Quanto mais o capitalista tiver acumulado, mais ele poderá acumular” (p. 658).

Da mesma maneira que o capitalista necessita da compra da força de trabalho do trabalhador, o trabalhador precisa vender sua força de trabalho, pois esta é sua mercadoria, para sua subsistência. Agregado a isso, perante a contínua ampliação do capital pelo capitalista, há a necessidade do aumento de sua força de trabalho, já que se busca a maior valorização do capital, o que faz com que o salário do trabalhador não seja somente para sua conservação mas também para a sua multiplicação (MARX, 2013).

Assim, a partir do mais-valor obtido, o capitalista utiliza uma parte para si, seja entesourando ou como renda, e a outra parte transforma em capital, isto porque Marx (2013) afirma que:

O capitalista só é respeitável como personificação do capital. Como tal, ele partilha com o entesourador o impulso absoluto de enriquecimento. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva (p. 667).

Apesar do capitalista enriquecer, ele acaba sendo uma ferramenta do capital para sua acumulação, pois o capitalista se vê obrigado a sua contínua ampliação, já que existem outros concorrendo com ele, para a conservação do seu capital. Ser capitalista não significa somente conseguir sua sobrevivência obtendo renda, mas também significa acumular o capital de modo a perpetuar a relação capital-trabalho, capitalista-trabalhador.

A taxa de mais-valor pode variar, por exemplo, aumentando a exploração da força de trabalho, fazendo com que, se os salários decrescem e a produtividade do trabalhador segue a mesma, a taxa de mais-valor aumenta. No mesmo sentido, é visto em Marx (2013) que se pode aumentar a jornada de trabalho sem aumentar proporcionalmente o salário do trabalhador. A produtividade do trabalho se encontra na relação dos meios de produção com a força de trabalho, pois partir de mais meios de produção com o mesmo número de força de trabalho ou menor número, a produtividade do trabalho aumenta.

Dito isso, Marx (2013) atenta que:

A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego (p. 689).

Ou seja, existem divisões no capital empregado na esfera da produção em dois âmbitos, a que separa o capital variável do capital constante e a que separa a força de trabalho dos meios de produção. Sendo que, o capital constante é o valor dos meios de produção e o capital variável o valor da força de trabalho, existindo certa correlação.

Os capitalistas, em busca da reprodução de seu capital, tendem a ampliar sua força de trabalho para aumentar a massa de mais-valor adquirido.

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capitalista – capitalistas de um lado, assalariados de outro –, a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados. A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 2013, p. 690).

Deste modo, a compra da força de trabalho tem finalidade em valorizar o capital, e não na satisfação das necessidades do comprador. Mas também, a produção do mais-valor pelo capital é uma lei do modo de produção capitalista, pois a força de trabalho só pode ser vendida como forma de se conseguir a valorização do capital, que é adquirido pelo capitalista por meio do trabalho não pago. O que traz na venda pelo trabalhador de seu trabalho, na

“necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital” (MARX, 2013, p. 695).

Pela procura da acumulação do capital, há a concorrência entre os capitalistas através do barateamento das mercadorias. Para que haja o barateamento, é preciso aumentar a produtividade que é dependente da escala da produção, oferecendo aos maiores capitais ganhos sobre os menores (MARX, 2013). Portanto, o aumento da produtividade e exploração econômica do trabalho são requisitos para que haja este ganho sobre os outros capitais. Harvey (2015) apresenta possíveis ações dos capitalistas pelo aumento da concorrência em busca de ganhar em cima dos outros:

Eles podem (1) baixar a taxa salarial, (2) aumentar a intensidade de uso de um sistema de produção existente, (3) investir em um novo sistema de produção, (4) economizar em insumos de capital constantes (usar por mais tempo máquinas antigas, usar de maneira mais eficiente insumos de energia e matéria-prima, procurar matérias-primas mais baratas no mercado etc.), (5) buscar “combinações de fator” e substituições mais eficientes, (6) mudar a organização social da produção (estruturas de emprego, cadeias de comando) na busca de um gerenciamento mais eficiente, (7) apelar para os trabalhadores para cooperarem e trabalharem mais arduamente para salvar seus empregos, (8) criar novas estratégias para a comercialização (diferenciação do produto, propaganda etc.), (9) mudança de local (ver capítulo 12). Através de uma ou de qualquer combinação dessas reações, os capitalistas podem esperar preservar ou melhorar sua posição competitiva. (p. 184)

Se por um lado a acumulação apresenta concentração dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, segundo Marx (2013), existe também a repulsão entre os capitais individuais pela concorrência destes, como há uma dependência sobre a escala de produção, que implica na produtividade e conseqüentemente no menor preço, os capitalistas maiores ganham dos menores.

No mesmo sentido, Lenin (2012) demonstra que através dessa concorrência entre os capitalistas individuais e com estes ganhos e perdas, algumas empresas acabam fechando enquanto outras ganham cada vez mais espaço e fatias no mercado, trazendo uma concentração dessas empresas que é aprofundada ainda mais em crises, já que as pequenas empresas acabam falindo. Com a concentração há a formação de monopólios, já que há uma margem grande nos ganhos das maiores empresas, o que traz a elas além do domínio no setor cada vez maiores lucros. Como forma da busca por controle dessa enorme fonte de acumulação que se tornou a concentração e o monopólio, os gestores aparecem como ferramenta técnica para que todo o volume de capital seja administrado para se expandir cada vez mais.

Da constituição do monopólio se “resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo das invenções e dos aperfeiçoamentos técnicos.” (LENIN, 2012, p. 47). Assim, os trabalhadores mais capacitados, os meios de comunicação e de transportes são apropriados pelo monopólio, colaborando-se os meios para uma maior ampliação do capital. Porém, segundo Lenin (2012):

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável (p. 48).

Durante o processo de concentração há o compartilhamento de informações para que o capital tenha acesso a diversos meios de acumulação, com poucos capitalistas se fortalecendo a partir do aumento da participação no mercado. A socialização de técnicas orientadas para a produção não permite que todos usufruam delas, pois quem detém o domínio dos meios de produção consegue a melhor forma de produzir e ganhar com esta produção visando unicamente a ampliação de seu capital.

Contudo, existem alguns processos que podem criar barreiras na formação do monopólio, como Berle (s/d) mostra:

De um modo geral, o direito americano, quando não a própria economia americana, impediu o monopólio. Mas ambos toleraram, e mesmo estimularam, um sistema pela qual em cada ramo de indústria se estabelece o domínio de umas poucas grandes empresas. Duas ou três, no máximo cinco grandes empresas são possuidoras de mais da metade do mercado, sendo o restante dividido entre as empresas menores, que conseqüentemente são obrigadas a manter-se dentro das condições impostas pelos **Big Two**, **Big Three** ou **Big Five**, conforme for o caso (p. 26).

Ou seja, mesmo que o Estado crie armas para o controle na formação do monopólio, existe a concentração do mercado no poder de apenas algumas empresas. Berle (s/d) visa que o controle é uma arma contra estas imposições do capital, porém há que se lembrar que não é o indivíduo que planeja o que deve ser feito, mas o capital impõe a sua própria acumulação como forma do capitalista continuar capitalista.

Durante o processo de desenvolvimento dos meios de produção, que é requerido pela competição, e por fusões e compras existentes no mercado, há o processo de concentração (HARVEY, 2015), que traz ao capital um maior poder frente aos outros, adquirindo maior acumulação.

Mas a concentração poderia ser também acelerada por um processo de centralização do capital. Os capitalistas em larga escala podem engolir os menores, quer por meio de competição ou empregando vários estratagemas financeiros (incorporações, fusões etc.). Tudo isso requer novos arranjos institucionais e organizacionais, com frequência explicitamente sancionados ou encorajados pelo Estado. (HARVEY, 2015, p. 205)

Como opção à concentração do capital, pode haver a centralização deste organizando os capitalistas maiores para que busquem seus próprios interesses com maior facilidade, pois pela concorrência com os menores, por exemplo, acabam os engolindo.

Segundo Lenin (2012), há a formação de cartéis e trustes em setores que concentram toda a produção e resultam em enormes ganhos para apenas estes maiores capitalistas, negociando preços e outras coisas entre si. As empresas que não participem do cartel sofrem retaliações deste a elas, o que traz consideráveis danos ameaçando elas à ruína.

A centralização complementa a obra da acumulação, colocando os capitalistas industriais em condições de ampliar a escala de suas operações. Se esse último resultado é uma consequência da acumulação ou da centralização; se a centralização se dá pelo caminho violento da anexação – quando certos capitais se convertem em centros de gravitação tão dominantes para outros que rompem a coesão individual destes últimos e atraem para si seus fragmentos isolados –; ou se a fusão ocorre a partir de uma multidão de capitais já formados ou em vias de formação, mediante o simples procedimento da formação de sociedades por ações –; o efeito econômico permanece o mesmo (MARX, 2013, p. 703).

A centralização, que é a associação de capitalistas, traz aos capitalistas envolvidos um maior poder de organização, para que possa concluir interesses como investimentos, de forma mais rápida, fazendo uma alavanca na acumulação (MARX, 2013).

A partir da concorrência e a concentração, as empresas aumentam sua massa de capital e passam a requerer cada vez uma maior massa de capital como crédito, com fim em investimentos. Referente a isso, Lenin (2012) vê que os bancos passam a conquistar uma parte neste cenário, pois além de fornecerem empréstimos para os investimentos das empresas, possuem os depósitos das mesmas empresas, que são suas fontes de investimento. Os bancos também participam do processo de concentração, incorporando os bancos menores através da afiliação destes, como é visto em Lenin (2012):

Sublinhamos a indicação relativa aos bancos “*afiliados*” porque se refere a uma das características mais importantes da concentração capitalista moderna. Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos como os “incorporam”, os subordinam, os incluem no “seu” grupo, no seu “consórcio” – segundo o termo técnico – por meio da “participação” no seu capital, da compra ou troca de ações, do sistema de créditos etc. etc. (p. 57).

Ou seja, além de existirem monopólios de bancos que engolem outros, também há uma associação destes com menores, criando uma dependência e uma amplitude destes bancos maiores, aumentando a sua influência e o seu poder.

Com a concentração e o aumento da movimentação nos grandes bancos ocorre a concentração de vários capitalistas nos mesmos bancos, trazendo uma dependência dos capitalistas para com os bancos, principalmente em questão do conhecimento por estes bancos dos vários capitalistas e pela influência que o banco exerce pela disponibilização de crédito, decidindo o seu destino:

Quanto à estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência do que em qualquer outro lado, o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de câmbio de um empresário, abre-lhe conta corrente etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas, se o banco “reúne” nas suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco – e é assim que acontece – conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco (LENIN, 2012, p. 68).

Por meio da concorrência e concentração dos capitalistas, o crédito tem sua função ampliada. Assim, Marx (2013) diz:

Recordemos, ademais, que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o volume mínimo de capital individual requerido para conduzir um negócio sob condições normais. Os capitais menores buscam, por isso, as esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas esporádica ou incompletamente. A concorrência aflora ali na proporção direta da quantidade e na proporção inversa do tamanho dos capitais rivais. Ela termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte passam às mãos do vencedor, em parte se perdem. Abstraindo desse fato, podemos dizer que, com a produção capitalista, constitui-se uma potência inteiramente nova: o sistema de crédito, que em seus primórdios insinua-se sorrateiramente como modesto auxílio da acumulação e, por meio de fios invisíveis, conduz às mãos de capitalistas individuais e associados recursos monetários que se encontram dispersos pela superfície da sociedade em massas maiores ou menores, mas logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais (p. 702).

Portanto, há um crescimento da massa de capital requerida para que os negócios continuem, que deixa as menores empresas em situação difícil já que não conseguem se apoderar de condições semelhantes as grandes empresas. Pela necessidade da expansão deste

capital para o contínuo investimento, o crédito se torna uma ferramenta utilizada perante a competição dos capitais.

Os bancos acabam por se juntarem às maiores empresas que, segundo Lenin (2012), leva diretores de bancos a participarem de conselhos destas empresas. Além das instituições bancárias poderem ajudar no progresso destas empresas através de pesquisas.

É compreensível que, dispondo de bilhões, os grandes bancos podem também apressar o progresso técnico utilizando meios incomparavelmente superiores aos do passado. Os bancos criam, por exemplo, sociedades especiais de pesquisa técnica, de cujos resultados só aproveitam, naturalmente, as empresas industriais “amigas” (LENIN, 2012, p. 72).

Também, as participações de empresas durante a compra de ações de outras, acaba por aumentar monopólios, com as sociedades mães, pela participação, conseguindo aumentar seu poderio monopolista. Porém são protegidas, como é visto em Lenin (2012), por não responderem pelas sociedades filhas:

Mas o “sistema de participação” serve não só para aumentar em proporções gigantescas o poderio dos monopolistas, como, além disso, os permite levar a cabo impunemente toda a espécie de negócios obscuros e sujos para roubar o público, pois, formalmente, os dirigentes das “sociedades-mães”, segundo a lei, não respondem pela “sociedade-filha”, considerada “independente” e *por meio* da qual se pode “fazer passar” *tudo* (p. 78).

Assim, o velho capitalismo o do livre mercado, vai sendo transformado no novo capitalismo, o dos monopólios. “O século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.” (LENIN, 2012, p. 74)

Com o desenvolvimento das instituições financeiras, obtendo o capital das organizações a partir de depósitos, aumentando suas participações com o fornecimento de créditos, fornecendo pesquisas técnicas para empresas ligadas e outras maneiras para haver uma certa dependência destas empresas com as instituições financeiras, o capital financeiro acabou por adquirir sua relevância, tornando-se uma força poderosa.

O capital financeiro, concentrado em poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme e que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas (LENIN, 2012, p. 82).

Quando se passa por bons momentos industriais, com o aumento de investimentos por exemplo, os lucros financeiros são muito altos, já em momentos ruins, como em depressões, os grandes bancos participam da aquisição das empresas pequenas e precárias que se arruinaram a um baixo preço, ou ajudam na reorganização destas empresas (LENIN, 2012). Assim, Chesnais (2005) percebe que as instituições financeiras buscam fazer dinheiro de qualquer maneira, seja por juros de empréstimos ou especulações, fazendo com que o capital financeiro lucre dentro da própria esfera financeira.

Correntemente designado pelo nome de “investidores institucionais”, esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimento) fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão (CHESNAIS, 2005, p. 36).

Como não é nem o consumo nem a produção que os rentistas almejam, e sim o próprio rendimento, no mercado financeiro existe a liberdade de se retirar o investimento a qualquer momento, não criando segurança em qualquer investimento (CHESNAIS, 2005). Assim, o mercado financeiro atua no sentido de acumular o capital ao contrário do interesse de empresas produtivas, sem que se invista na produção, não importando outras indústrias ou outros mercados a não ser que colaborem com esta acumulação.

Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-se fora da produção de bens e serviços (CHESNAIS, 2005, p. 37).

Porém, a acumulação financeira não consegue realizar uma valorização do capital, já que não existe um processo produtivo capaz de extrair através do trabalho o mais-valor. Assim, cria-se as chances de bolhas financeiras sujeitas a crises.

Na acumulação do capital financeiro a produção de bens e serviços pode ser negligenciada, pois o que se busca é o aumento do capital e sua perpetuação, mesmo que não leve a um desenvolvimento social. A consolidação deste capital como uma força significativa dá a seus detentores certa influência em sua atuação social e econômica.

É próprio do capitalismo, em geral, separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção; separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo; separar o *rentista*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do

industrial e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O domínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o domínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente 'poderosos' em relação a todos os restantes (LENIN, 2012, p. 89).

Portanto, no desenvolvimento do capitalismo há uma separação entre a acumulação do capital em geral e seu investimento direto na produção, o que traz novas formas de acumular capital sem valorizá-lo. A partir do domínio do capital financeiro, cria-se um domínio deste frente aos outros capitais. Nesse sentido, os gestores, como controladores do capital, aparecem nas instituições financeiras voltados para a acumulação deste capital, dando a eles uma posição estratégica adquirida pelo capital financeiro criando uma hegemonia tanto deste capital como destes gestores frente aos outros. É importante citar que a partir da crise dos anos 1970, houve um processo de financeirização da economia, que, junto à globalização e ao neoliberalismo, atuaram no sentido de promover ao capital, em especial o financeiro, uma liberdade desmedida para que a acumulação continuasse. Duménil e Lévy (2014), que tratam o neoliberalismo como essa fase financeirizada, contribuem neste sentido:

Financeirização e globalização foram instrumentos para a obtenção de altas rendas. Em nítido contraste com as limitações impostas aos mecanismos financeiros após a Segunda Guerra Mundial, o neoliberalismo teve forte impacto de estímulo sobre a expansão dos mecanismos financeiros. Fundamental para a análise da crise é o fato de esses mecanismos terem entrado numa fase de expansão ainda mais extraordinária após o ano 2000. Essa explosão foi o efeito combinado do crescimento dos mecanismos já existentes e da introdução de procedimentos inovadores. O livre comércio, a livre movimentação de capitais em todo o mundo (investimentos externos) e a globalização dos mecanismos monetários e financeiros são os pilares da globalização neoliberal. Essas tendências para a globalização foram ameaçadoras quanto a financeirização. No geral, financeirização e globalização significaram a construção de uma estrutura financeira frágil e pouco funcional. Um efeito combinado adicional desses mecanismos foi o potencial estabilizador prejudicado das macropolíticas. Num mundo do livre comércio e livre movimentação do capital, é difícil controlar taxas de juro, empréstimos e taxas de câmbio (p. 44).

Após o período pós-guerra que impunha limites, como uma tentativa de controle do capital, por parte do pensamento keynesiano vindo da crise de 1929, com o capital buscando sua contínua acumulação sem que ela diminua, este mecanismo visando sua liberdade foram utilizados.

Não se pode negar o fato de que, no neoliberalismo, grande ênfase é dada aos mecanismos do "mercado livre", mas em todos os países, os Estados agiam em favor do estabelecimento da nova ordem social", uma condição necessária para a

imposição do neoliberalismo. Os defensores do neoliberalismo se opõem a excessiva intervenção do Estado sempre que os governos coloquem limites à liberdade dos negócios, protejam os direitos dos trabalhadores, imponham impostos sobre as altas rendas, e assim por diante. O neoliberalismo rejeitou o Estado do compromisso social-democrático, não o Estado em geral. Estados neoliberais – como emanções e instrumentos das hegemonias e compromissos prevalentes no topo das hierarquias sociais - negociaram deliberadamente acordos visando à liberdade de comércio e à livre movimentação de capital que limitavam sua capacidade política (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 98).

O neoliberalismo é um instrumento para que haja a liberdade requerida pelo mercado, fazendo com que o Estado não interfira em seus negócios, com finalidade do sistema financeiro conseguir a independência para sua própria acumulação.

Com as empresas pequenas e locais vistas primeiramente como concorrentes em potencial tendo na mão invisível do mercado a fonte da economia da sociedade, o capitalismo se mostra como incontrolável, já que em sua ânsia por expansão e acumulação de capital, vão se constituindo monopólios que trazem seus interesses à tona e procuram estabelecê-los frente a sociedade e ao Estado (MÉSZÁROS, 2011).

não é a “intenção” ou “motivação para acumular” dos capitalistas individuais que decide a questão, mas o *imperativo objetivo da expansão* do capital. Sem conseguir realizar seu processo de reprodução *expandida*, o sistema do capital desmoronaria – mais cedo ou mais tarde, mas com certeza absoluta. No que diz respeito às motivações e “intenções subjetivas”, cada uma das personificações do capital “*deve pretender*”, por assim dizer, os fins delineados pelas determinações expansionistas do próprio sistema e não seus próprios “fins egoístas”, como indivíduos particulares (MÉSZÁROS, 2011, p. 138).

A busca do capital por sua expansão não é facultada a alguém, é uma orientação em seu cerne, está embutido e amarrado no seu processo. A acumulação é um objetivo posto do capital e, como verifica Mézáros (2011), existe uma incontrolabilidade estrutural, mesmo que se tente controlar as contradições impostas, não é possível eliminá-las completamente.

Nessa busca por controle, o capitalismo requisitou a sua adaptação, o aumento expressivo do capital e seu imperativo por cada vez maior expansão apresentou os gestores como controladores do capital. Porém, estes administram não como forma de limitação do capital mas de sua expansão, estão voltados para este fim, o que cria uma distância de interesses dos gestores de cada capital.

A acumulação do capital corresponde como uma lei do capitalismo, aonde através da exploração do trabalhador a valorização do capital é feita para que se busque por lucro. A partir do capital financeiro, a preocupação com a valorização do capital se dilui, levando o capital aonde a lucratividade está mais latente, com os gestores se apresentando como os

capacitados para a perseguição da maior expansão do capital possível. Com a força adquirida pelo capital financeiro junto ao neoliberalismo, a incontrollabilidade se aprofunda pois a expansão do capital não possui limites e nem mesmo organização de desenvolvimento do sistema produtivo, pois o lucro é o fim.

2.2 A posição estratégica dos gestores

No que comporta ao desenvolvimento do capitalismo e sua organização, Justen et al (2017) verificam que, em meio ao processo de concentração e com o crescimento das empresas, os capitalistas individuais acabam por darem a trabalhadores assalariados funções de direção em nome do capital. No mesmo sentido, Granemann (2006) mostra que isto se deu quando os proprietários renunciaram o exercício da gestão de suas propriedades, que

passa a ser executada por um corpo técnico-político com elevados ganhos 'salariais' e formação técnica nas melhores e maiores universidades do planeta e que, freqüentemente, desincumbe-se da 'tarefa' da gestão do capital com maior eficácia e tamanha organicidade ideo-política que nada fica a dever aos donos mesmos do capital (GRANEMANN, 2006, p. 73).

Portanto, a expansão do capital trouxe aos gestores, como um meio especializado, a importância para que o capital seja administrado de forma a continuar seu caminho de acumulação.

Harvey (2015) aponta o processo como um requerimento do capital por habilidades gerenciais e técnicas para que seja utilizado da melhor maneira, de forma a fazer com que os trabalhadores sejam controlados de forma a criar satisfação no seu trabalho, em busca de sua maior produtividade. Contribuindo, Duménil e Lévy (2014) expõem que estes gerentes podem tanto ser de segmentos mais técnicos na organização, como de esferas financeiras. Ainda, Granemann (2006) observa o atrelamento do salário de alguns gestores a lucratividade da empresa, dando a eles uma maior contribuição e incentivo na produção do mais-valor ou, no caso das empresas financeiras, a perseguição da acumulação financeira. Assim, o capital acaba adquirindo técnicos capacitados para o seu controle, mas não no sentido de limita-lo e sim em busca por maior multiplicação dele.

Duménil e Lévy (2014) atentam para os objetivos dos gerentes, dizendo que com o tempo e com a ordem social, eles acabam alterando:

Os objetivos dos gerentes dependem da ordem social em que opera a gerência. Depois da Segunda Guerra Mundial, a gerência visava basicamente ao crescimento (nas corporações e nas definições de políticas) e à mudança técnica. No neoliberalismo o objetivo principal tornou-se o mercado de ações e a renda do capital. Conseqüentemente, existe uma relação recíproca entre a prevalência de uma configuração específica de poder e a preeminência de um ou outro componente de gerência. A conjuntura histórica do New Deal conferiu certo grau de preeminência aos funcionários do governo. Orientou o desenvolvimento da gerência para essa direção particular. O compromisso do pós-guerra estimulou as capacidades gerenciais sob todos os aspectos, mas com ênfase particular na tecnologia e na organização. O neoliberalismo influenciou as tendências gerenciais em favor do componente financeiro da gerência (p. 87).

Portanto, no neoliberalismo o capital financeiro ganhou importância, fazendo com que gerentes se adaptassem a sua forma de acumular, buscando seu papel nas instâncias financeiras de modo a contribuir com a sua administração.

No neoliberalismo, a classe gerencial, em particular nas faixas mais altas, participou ativamente da formação das novas tendências sociais, com a esperança de altas remunerações e com o objetivo de entrar no reino da propriedade ativa. De fato, a imposição do neoliberalismo teria sido impossível não fora a nova aliança entre propriedade e gerência nas camadas superiores da pirâmide social (DUMENIL; LEVY, 2014, p. 87).

Deste modo, os gerentes, que pertencem a cúpula administrativa das empresas, acabam se separando dos administradores comuns das empresas, tornando-se aliados dos proprietários. O neoliberalismo teve uma contribuição nesse sentido, já que com os gerentes se aliando aos proprietários a busca pela maior liberalização econômica com fim na maior acumulação financeira. Os gerentes ao servir os proprietários, fornecendo a eles sua capacidade técnica de controle para que haja uma busca pela eficiência nas suas organizações, acabaram formando uma classe para Duménil e Lévy (2014), pois começam a adquirir seus próprios objetivos e interesses com o aumento de sua influência.

Assim, Duménil e Lévy (2014) acabam por verificar o controle saindo dos proprietários e caindo nas mãos dos gerentes, dando a eles uma autonomia frente aos negócios das empresas, permanecendo este avanço dos gerentes no neoliberalismo porém com uma superioridade no setor financeiro.

Administração financeira no neoliberalismo ganhou tanta importância que uma relação muito específica se estabeleceu entre os administradores financeiros das empresas financeiras e não financeiras e a classe capitalista. A ascensão da administração financeira significou a penetração da alta gerência nos mecanismos mais íntimos em que se expressa a propriedade. Uma colaboração íntima está implícita, mas pode-se também afirmar que, no neoliberalismo, os proprietários

capitalistas estão em posição de dependência crescente com relação à competência dos gerentes, em particular, dos gerentes financeiros (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 94-95).

Com esta autonomia adquirida pelos administradores, os proprietários teriam seus interesses fadados a eles, ou seja, para que conquistem a sua parte de lucro devem apenas esperar que os administradores façam o serviço, não tendo mais o poder de impor o que acham o certo a ser feito. No mesmo sentido, Galbraith (1983) identifica um deslocamento do controle destes proprietários para os administradores, com o poder dos acionistas sendo cada vez menor já que os votos em assembleias, por exemplo, nem levam eles a votarem e acabam por deixar seus votos nas mãos de diretores relacionados a administração.

O poder, na realidade, passou para aquilo que qualquer pessoa em busca de novidades consideraria justificado em chamar de novo fator de produção. É a associação de homens de diversos conhecimentos técnicos, experiência ou outro talento que a tecnologia moderna e o planejamento requerem. Ela se estende desde a liderança da empresa industrial moderna até quase próximo da mão-de-obra e abrange grande número de pessoas e grande variedade de talentos. É da eficiência dessa organização, com o que a maioria das doutrinas econômicas concorda, que depende hoje o êxito da empresa moderna (GALBRAITH, 1983, p. 55).

Galbraith (1983) diz ainda que, com a Sociedade Anônima, o corpo da diretoria ganhou mais autonomia em suas ações, com muitos acionistas as empresas acabaram conseguindo capital destes e ao mesmo tempo tirando o poder de decisão, deixando com a diretoria este poder de decisões acerca dos lucros retidos, por exemplo, sem interferências. O autor explora que a influência dos acionistas acaba diminuindo quando a tecnoestrutura ganha força, dando aos dirigentes maior poder em suas ações, e assim, aumentando sua importância para o capital e inclusive para os investidores. Chesnais (2005) também coloca o gestor com poder, de modo a controlar investimentos e o próprio capital, mesmo não sendo o proprietário.

Quando um indivíduo investe capital numa grande empresa, na realidade ele delega à gerencia da mesma plenos poderes para a utilização desse capital na promoção de atividades de criação, produção e desenvolvimento, e abre mão de qualquer controle sobre o produto resultante, em si. Retém apenas o direito relativo da participação nos lucros, geralmente sob forma de dinheiro, e o direito pleno de poder vender a dinheiro a sua cota de participação. É um recipiendário quase inteiramente inativo. Assiste-lhe o direito de dispor dos seus dividendos, ou de vender as suas ações por dinheiro, a fim de atender às suas necessidades de consumo ou aos seus desejos de entretenimento (BERLE, s/d, p. 30)

Aprofundando o poder adquirido pelo gestores, Berle (s/d) mostra que a diretoria de uma empresa consegue dar ou negar emprego e influir em padrões de salários, determinar aonde empreenderá as atividades da empresa contribuindo para o desenvolvimento e a

industrialização de certos locais ou não, escolher em que mercado se concentrarão suas atividades, progredir tecnicamente suas atividades, influir limitadamente na opinião pública e consegue determinar o ritmo do aumento do capital da empresa.

Assim, o “poder, que há uma geração presumia-se estivesse sujeito ao escrutínio dos meios bancários e de investimento, é hoje em dia, na sua maior parte, sopesado e disciplinado pela consciência dos administradores de empresa” (BERLE, s/d, p. 40). Além do poder condicionado aos gestores por Berle, Galbraith e Duménil e Lévy, os autores encaminham estes como se fossem a constituição de uma nova classe frente à capitalista e à trabalhadora.

Paço Cunha (2016) mostra que não existem identidades diretas entre classe e fração de classe. Pela teoria dos gestores alguns autores dizem que estes seriam inteiramente distintos destas outras duas classes por terem apenas uma função diferente nos seus âmbitos.

Em outras palavras, o fato de os gestores atuarem tendencialmente ao lado das classes dominantes e portarem uma consciência por vezes contraditória aos interesses da classe do trabalho não os constitui objetivamente “fora” da classe do trabalho, da categoria força do trabalho. Isso é particularmente correspondente na medida em que reflete a grande massa dos mais de 700.000 formandos anualmente em administração no Brasil, sem falar de outras formações correlatas. Estaria toda essa massa circunscrita a uma “elite” que gerencia as coisas do Estado e do capital? Em parte, sim; na maior parte, não (PAÇO CUNHA, 2016, p. 55).

Ou seja, mesmo que haja os gerentes do capital na cúpula atuando em conjunto com a classe capitalista, apesar de não serem detentoras do capital, isto não se relaciona a massa, que são os administradores, que apenas fazem parte dos processos mais ferramentais do trabalho, comportando-se como legítimos trabalhadores.

Isto é, em razão de efetivamente operar como uma função do capital na produção do valor, mediando-o com o trabalho, cria as condições de possibilidade para uma subjetividade no mínimo deslocada e, às vezes contrária, ao próprio *ser da classe*. O fato de essa função possuir um caráter profundamente manipulativo que converte a força de trabalho alheia (objetiva e subjetivamente considerada) em *coisa*, objeto de manipulação, também ajuda a explicar o surgimento de estranhamentos específicos da coisificação dos homens nesse território. É bom que se diga: o coisificador também é coisa para o capital e cai nas mesmas teias manipulativas que os objetos de sua manipulação (PAÇO CUNHA, 2016, p. 56-57).

Os administradores comuns tem sua função ligada à mediação do trabalho, tratando-se de objetos manipulados para servir o capital como os trabalhadores, distanciando-se dos gestores do capital.

Portanto, o surgimento da classe dos gestores se torna problemática, pois, além existir a diferenciação entre a massa de administradores e a cúpula em que os gestores do capital se

inserem, estes gestores do capital se comportam como uma vanguarda da classe capitalista com alguns se transformando em capitalistas, pela aquisição de ações por exemplo, e com seus salários ligados a lucratividade da empresa, impondo-os como representantes do capital.

Zeitlin (2016) mostra que os gestores do capital estão tão preocupados com a lucratividade do capital quanto os proprietários, portanto a posição estratégica destes gestores não prejudica de nenhuma forma a rentabilidade da empresa, pois é de seu feitio garanti-la. Ainda, Mészáros (2011) aponta que, apesar desta posição adquirida por estes gestores e seu dever de controle da organização, eles são “personificações do capital” assim como os capitalistas individuais que controlavam as suas empresas, pois ainda existe uma incontrolabilidade do capital.

Seja lá como for, a crítica socialista nada tinha a ver com o maior ou menor número de ações pertencentes às personificações individuais do capital – fossem estas “empresários aventureiros” ou “humildes administradores de carreira” – mas com a subordinação estrutural do trabalho ao capital (e precisamente este era e continua a ser o significado não fetichista das relações de propriedade estabelecidas e o centro da crítica socialista), que não mudou coisa alguma em toda a celebrada “revolução administrativa”. Em outras palavras, a questão é e continua a ser a permanência da dominação e da dependência das *classes* e não a relativa mudança formal em algumas das partes constituintes do pessoal que dirige o capital em sua estrutura hierárquica de comando essencialmente inalterada – mudança formal que se fez necessária pela atual centralização e concentração de capital, e que não poderia eliminar, mas apenas intensificar os antagonismos internos do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 162).

Assim, a oposição entre capital e trabalho não desaparece e ainda é verificada a dominação entre classes, e com a concentração e centralização do capital teve que se encontrar uma nova forma de direção desse capital, pois o antagonismo foi intensificado e não eliminado.

Para alguns a resolução do problema da incontrolabilidade do capital se daria sem os capitalistas, e por meio da tecnoestrutura se controlariam as coisas através do planejamento, com a imposição do gestor como alguém independente com o seu aumento de influência, que é verificado por Mészáros (2011) como algo incorreto, já que a contradição principal não é o capitalista como quem controla, mas o capital sendo incontrolável.

Os gestores na verdade aparecem, mesmo em sua nova posição estratégica frente aos proprietários, como representantes do capital, buscando a sua expansão. Antes o proprietário era o encarregado por essa busca, agora os gestores com sua especialização própria para gerir o capital têm em suas mãos esta responsabilidade. Vindo do processo de acumulação, o capital é concentrado e, como visto, o capital financeiro acaba ganhando terreno fazendo com

que a incontornabilidade do capital ganhe força por buscar aonde se terá uma maior acumulação. Portanto, o real controle do capital não existe e o gestor do capital é responsável por seguir suas ordens, acumulá-lo.

2.3 Rotação e a literatura atual

Lenin (2012) verifica que, pelo aumento do domínio do capital financeiro e de sua participação na sociedade, gestores acabam indo para o Estado, sendo estes de grandes empresas e representantes do capital financeiro. O autor ainda verifica que as empresas acabam conseguindo alguns benefícios do Estado, através de estadistas que tratam dos interesses das empresas.

Ainda é apontado por Lenin (2012) casos de gestores nos Estados, como na Alemanha, em que um funcionário do governo que controlava cartéis foi para em cartel importante, e também um caso em que um diretor do Departamento de Crédito no governo russo foi para um banco importante, com os dois gestores ganhando um valor grande para isso.

Já no Brasil, Dreiffus (1981) mostra que durante o governo de Jânio Quadros como presidente do Brasil existiram vários membros de empresas privadas, muitos deles ligados a empresas multinacionais, que mesmo sendo colocados dentro do governo, não o apoiaram quando Jânio decidiu renunciar como tentativa de ganhar este apoio e, com isso, voltar ao governo com mais poderes. Ainda, Dreiffus (1981) aponta que, o sucessor de Jânio Quadros, João Goulart, não deu tanta liberdade as empresas multinacionais, apoiando o desenvolvimento nacional através de suas indústrias, o que trouxe uma diminuição do investimento das multinacionais e fez com que elas, junto as empresas que também foram “excluídas”, praticassem atividades para derrubar João Goulart, como aponta-lo como “comunista”. Isso mostra que o grande capital busca no apoio do Estado para sua perpetuação e combate quem o restringe, nem que seja preciso uma ditadura militar para que a liberdade a tal capital seja conquistada.

Dreiffus (1981) diz que com a ditadura militar iniciada em 1964, diversos cargos burocráticos do governo, incluindo administrativos de setores chave e de Ministérios, foram ocupados por pessoas ligadas a empresas bancárias e industrial.

O controle direto do aparelho do Estado, através dele, dos outros setores das classes dominantes e das classes dominadas da sociedade foi, se não a forma mais

completa de levar à frente os interesses do grande capital, pelo menos a forma mais eficiente e segura à disposição dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados. Resumindo, após 1964 o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro-industrial multinacional e associada (DREIFFUS, 1981, p. 419).

Através da entrada dos representantes do capital no Estado, demonstra-se o poder e a liberdade da utilização do Estado como a consolidação de interesses próprios do capital de modo mais eficiente. O que faz dos gestores do capital uma força vinda a partir de todo o processo de acumulação do capital.

Em seu artigo, Dulci (2009) trata da crise de 2008 sobre os aspectos econômicos e políticos, caracterizando todo o processo de globalização neoliberal composto nela. Em sua análise, vê-se a relação do Estado e seus gestores com o capital:

A hegemonia do capitalismo financeiro, ao ponto a que chegou, só poderia ser alcançada pela via política, mediante o manejo oportuno de recursos de poder. Pode-se buscar uma demonstração disso pelo estudo das relações entre elites econômicas e políticas nos diversos países do mundo. Alguém utilizou a imagem da “porta giratória” para retratar a circulação constante de membros das elites entre cargos no governo e nas companhias privadas. Na área financeira esse vaivém é notório e afeta a governabilidade do sistema, como ficou claro na presente crise. Talvez essa realidade seja o que caberia esperar de um deslocamento do tipo “menos Estado, mais mercado”, significando menos poder para a burocracia e mais poder para os empresários, os banqueiros e os gestores privados em geral (p. 115).

Com o avanço do capitalismo há um aumento de poder dos gestores não só nas empresas, mas também politicamente, levando ao Estado as demandas do capital.

Sobre o poder adquirido pelas empresas financeiras que culminou na crise de 2008, Dowbor (2009) diz:

Lembremos aqui que os gigantes globalizados da finança, os chamados Institutional Investors, constituem um grupo pequeno e seletivo. Segundo o New Scientist, 66 grupos apenas gerem 75% das movimentações especulativas planetárias que eram da ordem de 2,1 trilhões de dólares por dia na véspera do agravamento da crise em 2008. É fácil imaginar o poder político que corresponde a esta capacidade de irrigar com dinheiro ou desequilibrar com fugas qualquer economia. Stiglitz lembra bem que se trata de um clube de pessoas que circulam alternadamente entre Wall Street, o Departamento do Tesouro norte-americano, o FMI e o Banco Mundial. Paulson, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, na gestão Bush, pertencia à Goldman & Sachs. O mecanismo é familiarmente chamado de “porta giratória” (p. 17).

Ou seja, além dessas empresas financeiras terem um grande poder concentrado em um pequeno grupo, com a maioria das movimentações especulativas do mundo, também detêm poder político por poderem aplicar e retirar dinheiro da economia, que junto a sua formação

com pessoas que circulam entre os órgãos públicos e essas empresas, praticando a “porta giratória”, traz maior influência política.

Sendo assim, com os gestores do capital atuando politicamente, Stiglitz (2002) aponta a presença de personagens ligados a empresas financeiras no governo e em órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI):

Los ministros de Hacienda y los gobernadores de los bancos centrales suelen estar muy vinculados con la comunidad financiera; provienen de empresas financieras y, después de su etapa en el Gobierno, allí regresan. Robert Rubin, el secretario del Tesoro durante buena parte del periodo descrito en este libro, venía del mayor banco de inversión, Goldman Sachs, y acabó en la empresa (Citigroup) que controla el mayor banco comercial: Citibank. El número dos del FMI durante este periodo, Stan Fischer, se marchó directamente del FMI al Citigroup. Estas personas ven naturalmente el mundo a través de los ojos de la comunidad financiera (p. 45).

Após a estadia desses personagens no governo, muitos regressam às empresas, dando luz a rotação própria da “porta giratória”.

Na pesquisa de Shive e Forster (2016), sobre as motivações e os efeitos da contratação das empresas financeiras de antigos funcionários de regulamentação financeira dos EUA, é exposto que o número de executivos com experiência anterior no governo aumentou em 24% de a 2001 a 2015, verificando-se que a contratação está associada a retornos positivos dos anúncios destes gestores e que eles conquistam bons salários. Sobre esta migração entre o setor privado e o governo, Shive e Forster (2016) verificam o movimento de agências regulatórias para as empresas reguladas:

Public attention and media coverage have long focused on the migration of employees between regulatory agencies and regulated firms. For example, in the USA in late 2010, Goldman Sachs hired Theo Lubke, former Chairman of the New York Fed, and David Markowitz, previously at the Securities and Exchange Commission and the New York Attorney General’s office. This revolving door of employment may facilitate transfers of knowledge and expertise between regulators and firms. However, one may wonder whether firms benefit from preferential treatment by employing an executive with social ties to regulators and inside knowledge of their methods. (p. 1)

As empresas que contratam os antigos funcionários do governo, podem contar com o seu conhecimento adquirido e, assim, Shive e Forster (2016) mostram que, nos dias de anúncios destas contratações, as empresas conquistaram uma valorização no mercado financeiro. A pesquisa dos autores também encontrou salários mais altos dos com experiência no governo do que os outros gestores das mesmas empresas e, junto a isso, a pesquisa aponta que as empresas conseguem diminuir seus riscos perante o mercado financeiro com estas

contratações. Portanto, tanto o mercado quanto as empresas que os contratam, acham que estes gestores valorizam a empresa e diminuem seu risco com seu conhecimento anterior no governo.

Dias et al (2015), sobre a “porta giratória”, dizem que: “This is a relevant matter since the public interest is at stake; having the same people controlling both the political and the industrial spheres may generate some conflicts of interests that compromise their commitment either to one or the other” (p. 2). Dando atenção para possíveis conflitos de interesses na rotação dos gestores entre o Estado e empresas privadas. Isto porque o gestor representa o capital e busca por sua acumulação, seja quando está no Estado ou quando está na empresa privada.

Perante os interesses de certos grupos nos processos do governo, há uma influência causada pela “porta giratória”, tanto com a passagem do gestor com seu conhecimento adquirido no governo para o setor privado, quanto a passagem do setor privado para o governo de modo a representar os interesses do setor.

Monteiro (2007) se atenta para este conflito de interesses. Afirma que é preciso algum tipo de regulação de modo a controlar o processo em que tais gestores passam a utilizar seus conhecimentos junto a decisões empregadas no governo, para servirem as empresas que o contrataram.

O problema, no entanto, não fica restrito ao condicionamento do acesso direto à porta giratória; afinal, as preferências e o próprio comportamento do integrante do processo decisório público podem descontar, com grande antecipação, o futuro acesso desse legislador ou burocrata a essa porta, bem como às oportunidades de ganho existentes além dela (MONTEIRO, 2007, p. 589).

Numa pesquisa sobre as práticas e influências de empresas no governo de Portugal, Coroado (2014) cita a “porta giratória” como uma questão em que há conflito de interesses, já que são representantes de empresas a atuar dentro do governo e por meio de seus contatos empresariais correspondem sua representatividade. Coroado (2014) ainda menciona os casos de advogados:

Os advogados estão sujeitos ao dever de sigilo que os impede de revelarem a identidade dos seus clientes, o que torna a identificação de conflito de interesses significativamente mais difícil. A situação foi já abordada publicamente em várias ocasiões, em especial no que se refere ao fenômeno de “porta giratória” (revolving door) que se verifica entre o Governo/Parlamento e escritórios de advogados. Numa entrevista à imprensa, um antigo político argumentou que um deputado-advogado pode “interferir no processo legislativo, de acordo com os interesses dos seus clientes” e que uma das razões pelas quais os indivíduos optam por concorrer

a um lugar no Parlamento é para “fazer lóbi em benefício das suas atividades profissionais” (p. 22).

Assim, os advogados podem muito bem representar os interesses de seus clientes frente ao governo, denotando total conflito de interesses.

Frente aos interesses conflitantes, Bastos (2016) em sua pesquisa sobre a dívida pública brasileira e seu benefício ao setor financeiro, comenta que a “porta giratória” entre o Banco Central e os bancos privados podem influenciar os gestores em suas decisões, beneficiando algumas empresas. Nota-se que a presença da “porta giratória” tem como função levar ao governo os interesses do capital, com o gestor sendo peça fundamental para beneficiar as empresas com suas decisões.

Também é identificado os benefícios e interesses de empresas, o caso explorado no texto de Boschi e Ravena (s/d) sobre os recursos hídricos e a Lei da Água, mostra a agência regulatória de água brasileira tendo como responsável um CEO de empresa de energia elétrica. O que mostra a presença do representante do grupo de interesse dentro do governo, com o intuito de atuar em benefício de seu representado.

Dias et al (2015), por meio de uma pesquisa bibliográfica, apontam casos: em Portugal, em que os principais gerentes de grandes empresas e grupos econômicos são selecionados para o governo; na Alemanha, foi constatado que as empresas com conexões políticas tinham maior capitalização de mercado, maiores vendas e maiores ativos totais do que aquelas sem conexões; e nos EUA houve a nomeação de Timothy Geithner como Secretário do Tesouro pelo Obama, que ajudou empresas com um aumento no mercado de ações. De várias maneiras tais gestores acabam servindo ao capital, demonstrando a influência destes em governos, mesmo que eles consigam certo controle perante o desenvolvimento do capital ainda se encontram fadados a representa-lo.

Em sua análise sobre o governo de Portugal, Coroado (2014) explicita os casos da rotação dos gestores:

O setor bancário é um dos que mais empregos cria para membros do Governo: 230 indivíduos ocuparam já 382 cargos diferentes em instituições financeiras, antes e depois das suas funções governativas. Os banqueiros são o grupo profissional mais representado no Executivo, ocupando cerca de 54% dos cargos governativos desde a transição para a democracia. As situações de “porta giratória” (revolving door) entre o setor bancário e o regulador são semelhantes: desde 1986, todos os Governadores do Banco de Portugal tinham trabalhado na banca. A pressão por parte do setor financeiro sobre o poder político é vista como comum e intensiva, mas devido ao facto de ser levada a cabo nos bastidores, é difícil identificar episódios concretos (p. 28).

Ainda com relação a Portugal e as ligações de seus governantes, Campos et al (2015) mostram que 59% dos governantes analisados estabeleceram relações com empresas antes ou depois de sua passagem pelo governo. Os autores ainda dizem que dos governantes analisados, poucos tiveram relações de posse do capital, sendo que destes poucos a maioria obteve a posse somente após a estadia no governo.

Foi, no entanto, pela via exclusiva da ocupação de cargos de direção que a maioria dos governantes constituiu a sua ligação. Foram 171 os governantes que já exerciam funções de direção aquando da sua passagem para o governo, e 158 os que alcançaram essas posições depois de desempenhado o cargo governativo. Esta análise revela que ao contrário do que acontece a nível escolar, a passagem pelo governo está associada a uma forte mobilidade social ascendente, com 28% dos governantes sobre os quais existe informação disponível a estabelecer uma relação económica dominante apenas depois da passagem pelo governo (47% do total com ligações). Já o facto de 31% dos governantes (53% do total com ligações) aportar no governo vindo de um cargo de direção empresarial é também revelador do padrão de recrutamento levado a cabo pelos partidos na escolha dos seus representantes (CAMPOS et al, 2015, p. 67-68).

Tal pesquisa mostra que os cargos de direção empresarial constituem uma significativa relação com a ida e saída do governo de Portugal, demonstrando a presença da “porta giratória” de modo representativo nos cargos diretivos. Campos et al (2015) ainda apontam que:

A relação de cooptação, que se traduz na associação entre os detentores de capital e os grupos de governantes e ex-governantes, revela-se como um processo social de grande relevância. O estudo do trânsito estabelecido pelos governantes, antes e depois da sua passagem pelo poder executivo, aponta para o estabelecimento de vínculos com o poder económico de forma constante e transversal aos diversos governos ao longo do período observado (p. 69).

Todos esses casos demonstram a presença da “porta giratória”, denotando a presença dos gestores do capital nos governos agindo de forma a preservar e favorecer o próprio capital, e na volta destes gestores ao mercado fazendo com que seu conhecimento adquirido beneficie as empresas. Não sendo exclusividade de algum país, muito ao contrário, a rotação dos gestores do capital na Alemanha, Estados Unidos, Portugal etc. é uma determinação fundamental do capitalismo. É precisamente assim que prevalecem os interesses do capital na ordem económica e política mundial.

Há tentativas regulatórias. Com o intuito de regular a “porta giratória” e estes benefícios às empresas e ao capital, buscam-se formas de controle. No Brasil, a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, dispõe sobre o conflito de interesses na atuação de cargos no Poder Executivo Federal e trata do possível impedimento de ter um cargo ou emprego após. A lei

aplica restrições a empregos ou cargos a quem teve acesso a informações privilegiadas, restringindo a quem se aplica:

Art. 2º Submetem-se ao regime desta Lei os ocupantes dos seguintes cargos e empregos:

I – de ministro de Estado;

II – de natureza especial ou equivalentes;

III – de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e

IV – do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, níveis 6 e 5 ou equivalentes.

Parágrafo único. Além dos agentes públicos mencionados nos incisos I a IV, sujeitam-se ao disposto nesta Lei os ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso a informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro, conforme definido em regulamento (BRASIL, 2013).

Por conflito de interesses, a Lei considera o confronto entre interesses públicos e privados que comprometa o interesse coletivo, já a informação privilegiada é considerada como assuntos sigilosos e relevantes no processo de decisão do governo que não sejam de conhecimento público.

Art. 6º Configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I – a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

II – no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

a) prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego;

b) aceitar cargo de administrador ou conselheiro ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado;

c) celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou

d) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego (BRASIL, 2013)

Portanto, é aplicado um período de quarentena de modo a restringir o acesso a informações importantes em outras organizações. No âmbito do controle de como é verificado o conflito de interesses a que alguém não pode exercer alguma atividade, a Lei aplica:

Art. 9º Os agentes públicos mencionados no art. 2º desta Lei, inclusive aqueles que se encontram em gozo de licença ou em período de afastamento, deverão:

II – comunicar por escrito à Comissão de Ética Pública ou à unidade de recursos humanos do órgão ou entidade respectivo, conforme o caso, o exercício de atividade privada ou o recebimento de propostas de trabalho que pretende aceitar, contrato ou negócio no setor privado, ainda que não vedadas pelas normas vigentes, estendendo-se esta obrigação ao período a que se refere o inciso II do art. 6º.

Parágrafo único. As unidades de recursos humanos, ao receber a comunicação de exercício de atividade privada ou de recebimento de propostas de trabalho, contrato ou negócio no setor privado, deverão informar ao servidor e à Controladoria-Geral da União as situações que suscitem potencial conflito de interesses entre a atividade pública e a atividade privada do agente (BRASIL, 2013).

As atividades são analisadas, perante a lei, por seus correspondentes e é verificado se haveria algum conflito, porém isto acaba por criar buracos em que não se pode ter certeza se o conhecimento e as informações adquiridas podem ser utilizadas de modo a beneficiar a empresa ilegítimamente. Além de um período de seis meses de quarentena não ser capaz de afetar significativamente todo o conhecimento adquirido no cargo governamental que pode ser utilizado da mesma forma.

Boschi (2015), ao analisar a Lei de conflito de interesses, mostra que no período de impedimento há uma remuneração compensatória, sendo analisada cada situação para que seja permitida a remuneração perante possíveis conflitos de interesses.

Ainda que exista um período de quarentena, Monteiro (2007) relata que não se tira a possibilidade deste gestor atuar na mídia como fornecedor das informações que detém, fazendo uma propaganda de seu conhecimento para uma futura contratação após este período.

Coroado (2014) expõe os limites da quarentena e regulações da “porta giratória” em Portugal:

Os períodos de quarentena são apenas aplicáveis a Ministros, Secretários de Estado e Membros do Conselho de Administração das Entidades Reguladoras, ficando de fora Adjuntos e Assessores dos Gabinetes Ministeriais, Membros do Parlamento e Funcionários Públicos, que não estão sujeitos a qualquer tipo de restrição. Por seu turno, as situações de “porta giratória” quase não se encontram reguladas por lei. Não existem quaisquer restrições relativas aos cargos ocupados quando da nomeação de membros do Governo. Como afirmou um antigo Secretário de Estado após o seu regresso ao cargo que ocupava numa empresa do setor que ele regulou enquanto governante: “Pode haver problemas éticos, mas não legais”. O Regime de Incompatibilidades e Impedimentos de Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, ao qual estão sujeitos os membros do Governo, impõe um período de nojo de três anos após a cessação de funções, mas a sua aplicação está restrita a empresas que tenham sido privatizadas ou que tenham recebido benefícios fiscais enquanto o indivíduo em causa estava em funções. Esta restrição não é aplicável quando o ex-governante regressa ao cargo que ocupava antes de ingressar no Executivo (p. 39).

Há também notícias² em que o setor privado contrata funcionários do governo que acumularam conhecimento por suas atividades e mesmo o período de quarentena se mostra insuficiente para fornecer garantias de controle.

Sob a ótica de representação do capital pelos gestores, segundo Mészáros (2015), como meio para a expansão do capital a política é utilizada ultrapassando os interesses sociais, tirando da frente quem não se interessa pelos interesses do capital e colocando seus representantes de forma a atuarem dentro do Estado.

Even more revealing is the meteoric rise of the self-appointed representatives of big business and high finance to the top of political decision-making. Given the vital role assigned to the state in sustaining, with all available means at its disposal, the capitalist system of production—at a time of an already enormous but still extending concentration of capital—so much is at stake that the traditional forms of an indirect (economic) control of policymaking must be abandoned in favor of a direct control of the “commanding heights” of politics by the spokesmen of monopoly capital. In contrast to such manifestations of actual economic and political developments that we have all witnessed in the recent past and are still witnessing today, the mythology of realizing socialist ideals by “pragmatically” acquiring control over the “commanding heights of a mixed economy” must sound particularly hollow indeed (MÉSZÁROS, 2015, p. 40).

Os gestores do capital estão no Estado como seus representantes, instituindo no plano político medidas para que o capital tenha benefícios em diferentes direções, como efeito do neoliberalismo, por exemplo, em que o Estado é requisitado a deixar o mercado livre de seu controle. Para tanto, a “porta giratória” se mostra uma ferramenta para que isso ocorra e que a economia monopolista e acumulativa sobreviva.

Frente a isso, esta pesquisa busca entender a relação destes gestores do capital em sua rotação, com momentos históricos expressivos socialmente e politicamente no Brasil. Tendo as crises de 1998 e 2008 uma responsabilidade social econômica direta na sociedade, portanto, possibilita assim a mudança política dos instrumentos utilizados, como a nomeação de gestores para o governo.

As crises, por sua questão econômica, comportam-se como um episódio importante histórica e socialmente, assim podem afetar a dinâmica de rotação destes gestores, mostrando-se um elemento importante para a análise. Verificando a possibilidade da crise de 1998 e de 2008 se comportarem como um delimitador de mudanças políticas na atuação econômica do governo, perante suas nomeações.

² Unaslaf. “Porta Giratória” tira funcionários do governo: Servidores de alto nível transitam do público ao privado em zona cinzenta da ética. **Unaslaf**, p. 15, jun. 2016. Disponível em: <<http://unaslaf.org.br/porta-giratoria-tira-funcionarios-do-governo-servidores-de-alto-nivel-transitam-do-publico-ao-privado-em-zona-cinzenta-da-etica/>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

Já a mudança de partido no poder, sendo analisada a mudança do governo de Fernando Henrique (PSDB) para o de Lula (PT) que se comportam como partidos antagônicos e altamente combativos, um ao outro. Esta mudança feita de 2002 para 2003, foi um momento importante para a história brasileira, pois além de se tratarem de partidos com histórico de confrontos políticos, há uma clara mudança de discurso entre eles, com o discurso petista em defesa da luta dos movimentos sociais, principalmente trabalhista.

O que faz transparecer que há diferenças em todos os seus sentidos políticos, inclusive nas nomeações e no comportamento de rotação dos gestores. Portanto, a alteração na rotatividade dos gestores no governo se torna possível, pois demonstraria uma troca de políticas que, pelo menos no discurso, são amplamente diferentes.

3. ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi tratada de forma descritiva visando dar luz à trajetória dos indivíduos, focando, como método de análise, em três momentos distintos: a crise de 1998, a mudança de partido no poder (2002-2003) e a crise de 2008. Tais momentos foram escolhidos por suas relevâncias frente ao cenário brasileiro, no que se relaciona a mudança de dois partidos com discursos políticos conflitantes, e econômico, visto que as crises afetam a sociedade significativamente. Como forma de contemplar estes três momentos de modo comparativo, a análise se estendeu desde o início do governo de Fernando Collor em 1990 até a saída de Dilma Rousseff em 2016.

Foram analisados cinco órgãos, Banco Central (BC), Comissão de Valor Monetário (CVM), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, pois estes têm relação direta com o campo econômico-financeiro se aproximando do cenário político econômico da sociedade, tido como foco do estudo. Os gestores destes órgãos são nomeados ou aprovados pelo presidente da república em exercício, o que incorre na presença direta da política do presidente e também do partido político no poder.

Na pesquisa, como forma de analisar o currículo dos gestores e suas ligações ou não com o setor privado, foram utilizados dados secundários disponíveis em fontes governamentais, relatórios empresariais, sites e revistas especializadas. De modo a prover a análise houve a documentação dos dados construindo a biografia de cada gestor, para que a trajetória fosse, posteriormente, analisada através da entrada e saída do governo. As fontes dos dados destes currículos estão presentes no apêndice ao final do presente documento.

3.1 Crise de 1998

Iniciando a análise pelo governo de Fernando Collor, que assumiu a presidência do Brasil em março de 1990, durante seu governo nomeou Ibrahim Eris e Francisco Gros a presidência do Banco Central (BC).

Em 1990, Ibrahim Eris assumiu a presidência do Banco Central. Vindo de uma carreira docente, foi em 1979 assessor do Ministro do Planejamento Delfim Neto, deixando o cargo em 1981 e tornando-se consultor de empresas do mercado financeiro e proprietário de

parte acionária da corretora Patente. Sua nomeação causou tumulto no Senado quando alguns senadores usaram um projeto recém aprovado que exigiam o afastamento do setor financeiro por quatro anos no mínimo de quem fosse ocupar a presidência do Banco Central. Ainda assim, Ibrahim Eris foi aprovado pelo Senado. Deixou o Banco Central em maio de 1991, e em julho de 1991 colaborou com o governo Collor numa comissão de especialistas para a reforma fiscal e tributária. Em 1993 foi um dos criadores da empresa Linear especializada em administrar grandes fortunas.

Para o posto de presidente do Banco Central, Collor nomeou Francisco Gros em maio de 1991, primariamente no mercado financeiro no início de sua carreira, assumiu um cargo na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 1977. Deixou o cargo em 1981 e assumiu a diretoria executiva do Unibanco até 1985, quando foi para o BNDES. Em fevereiro de 1987 foi presidente do Banco Central até maio do mesmo ano. Foi indicado pelo presidente do BNDES para a presidência da Aracruz Celulose, cargo ocupado por ele até 1989, data em que assumiu a presidência do BFC Banco em que foi sócio, saindo em 1991 para assumir a presidência do Banco Central permanecendo até novembro de 1992. Em 1993 assumiu a diretoria executiva do banco norte americano Morgan Stanley & Co Inc em Nova Iorque, sendo responsável pela América Latina. Em 2000 assumiu a presidência do BNDES.

Tanto Ibrahim Eris como Francisco Gros rotacionaram do mercado financeiro para a presidência o Banco Central e do setor público de volta ao setor de origem, demonstrando a presença da “porta giratória” com sua fase completa nos presidentes do BC do governo Collor.

No que se refere a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Collor nomeou Ary Mattos Filho e Roberto Faldini como presidentes durante seu governo.

Ary Oswaldo Mattos Filho foi presidente da CVM entre março de 1990 a fevereiro de 1992. Teve carreira como professor, como juiz e membro de governo em comissões e conselhos.

Já Roberto Faldini foi presidente da CVM de março de 1992 a outubro de 1992. A partir dos anos 2000 fez sua carreira em diversas empresas tanto do setor financeiro como do produtivo, por exemplo Sadia (2002), CPFL Energia S.A. (2006), BRF Brasil Foods S.A. (2009), Banco BMG (2013). Criou a empresa Faldini Participações, Adm. e Investimentos Ltda.

Ary Mattos Filho teve carreira como professor, juiz e membro do governo. Roberto Faldini somente a partir dos anos 2000 começou a trabalhar em empresas do ramo produtivo e financeiro. Assim, os dois não fizeram uso da “porta giratória”, com a única relação a esse

movimento anos mais tarde por parte de Roberto Faldini. A CVM durante o governo Collor não se comportou como o Banco Central em que seus representantes tiveram ligação direta na rotação do setor privado ao governo ou vice versa.

Collor nomeou como presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) Ruy Coutinho do Nascimento, que esteve a frente do CADE entre 1991 e 1996. Ele fez carreira como advogado do BNDES e trabalhou em ministérios como secretário. Mais tarde foi presidente do Conselho Superior da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG), membro do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e presidente da Latin Link Consultoria.

Ou seja, Ruy Coutinho do Nascimento antes do CADE pertenceu ao BNDES e à equipes ministeriais, depois do CADE fez parte de alguns conselhos entre eles da FIESP e ainda foi presidente da Latin Link Consultoria. Denotando passagem anterior pelo governo, e posteriormente se encaminhou ao setor privado, demonstrando seu conhecimento adquirido na prestação de consultoria.

Durante o governo Collor houve a transformação do Ministério da Fazenda em Ministério da Economia, que também incorporou o Ministério do Planejamento. Perante a isso, os Ministros da Economia durante seu governo foram Zélia Cardoso e Maurício Moreira.

Zélia Cardoso de Melo, nomeada Ministra da Economia por Fernando Collor em março de 1990, saiu em maio de 1991. Esteve como professora da USP a partir de 1977, trabalhou no Banco Auxiliar de São Paulo entre 1977 e 1978 e prestou consultoria na Dummont Assessoria e Planejamento SC Ltda. em 1978. Atuou na Embaixada do Brasil em Londres em 1981 e 1982, esteve no conselho fiscal da Companhia Energética Paulista (CESP) de 1983 a 1987. Diretora financeira da Companhia de Desenvolvimento Habitacional de São Paulo de 1984 a 1986, em 1986 integrou a equipe econômica da Secretaria do Tesouro Nacional. Também foi sócia diretora da ZLC Consultores Associados S/C Ltda. aonde fundou em 1987, empresa de consultoria e planejamento voltada para o setor público. Em 1990 assumiu como Ministra da Economia permanecendo até 1991, em 1992 voltou para a USP como professora. Em 1997 contratada como consultora de investimentos em Nova Iorque, trabalhou para a Prime Investment Advisory Services, depois quando voltou ao Brasil passou a ser representante da empresa de consultoria de investimentos Áquila Associates.

Marcílio Moreira, Ministro da Economia de Collor entre maio de 1991 a outubro de 1992. Entre 1957 e 1961, secretário na embaixada do Brasil em Washington e também diretor temporário do FMI e do BID. Assessor no Ministério da Fazenda em 1963 e ficou no BNDE

até 1965. Foi vice presidente da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (COPEG) e em 1968 presidente da Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (CODESCO), quando se tornou vice-presidente do UNIBANCO ficando até 1983, passando a ser do seu Conselho de Administração. De 1974 a 1980 esteve como membro do conselho do BNDE, em 1986 Embaixador do Brasil nos EUA até 1991 quando assumiu o Ministério da Economia até 1992. Em 1993 tornou-se sub secretário da prefeitura do Rio de Janeiro permanecendo até 1995, de 1994 a 2005 foi consultor internacional sênior da Merrill Lynch Co. Também ocupou-se como presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, sócio gerente de Conjuntura e Contexto da Consultoria Empresarial Ltda., membro do Conselho de Administração da Cia. Força e Luz Cataguazes em Leopoldina e fez parte dos conselhos consultivos da American Bank Note-Brasil, Sendas Distribuidora de Alimentos e Marsh McLennan Group of Companies.

Zélia Cardoso teve carreira diversificada antes de se encaminhar ao Ministério da Economia, sendo professora, ligada a banco, consultora no setor financeiro e pertenceu ao setor público e ao governo; Marcílio Moreira também teve carreira diversificada antes do Ministério, sendo embaixador do Brasil, e também pertencendo ao FMI, ao BID, ao BNDE e ao Unibanco. Zélia Cardoso, após o Ministério voltou a ser professora e mais tarde a prestar consultoria no setor financeiro; Marcílio logo após foi pra prefeitura do Rio, depois consultor no setor financeiro e de diversas organizações novamente.

Apesar dos dois terem carreiras diversificadas e não se encontrarem inseridos num padrão, ambos também tiveram ligações com empresas privadas, principalmente financeiras, e, mesmo que não imediatamente após sua estadia no Ministério, tiveram ligações com empresas seja em trabalho direto ou indireto, através de consultorias. Isto demonstra o conhecimento adquirido no governo, comportando-se a favor das empresas que tiveram ligações com ambos.

Pelo Ministério do Planejamento estar subordinado ao Ministério da Economia no governo de Fernando Collor, impossibilita-se a análise deste órgão neste governo.

No governo de Fernando Collor, no Ministério da Economia e no Banco Central, os dois principais órgãos, os nomeados têm ligação o setor privado, em específico, com o setor privado financeiro. Após estes postos no governo, todos voltaram a ter ligação com o setor financeiro, ou trabalhando em empresas financeira ou prestando consultoria na área.

Fernando Collor foi afastado em 2 de outubro de 1992, em decorrência de Paulo César Farias, tesoureiro de sua campanha, ter sido delatado pelo seu irmão, Pedro Collor, em caso

de corrupção, com Collor sendo ligado ao caso. Antes que houvesse o impeachment, Fernando Collor renunciou em 29 de dezembro de 1992. Após ser afastado em outubro de 1992 seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência interina permanecendo em definitivo a partir da renúncia em dezembro do mesmo ano.

Em seu governo, Itamar Franco nomeou como presidentes do Banco Central Gustavo Loyola, Paulo César Ximenes e Pedro Malan.

Em novembro de 1992 Gustavo Loyola foi indicado para a presidência do Banco Central pelo presidente Itamar Franco. Iniciou, em 1977 no Banco Central, sua carreira e ocupou vários cargos até ser indicado para sua presidência. Em março de 1993 deixou a presidência e em novembro do mesmo ano passou a trabalhar na MCM Consultores, aonde fazia análises de regulamentação do sistema financeiro.

Paulo César Ximenes, nomeado por Itamar Franco em março de 1993 como novo presidente do Banco Central, teve carreira inicial no Banco Central, esteve entre 1978 e 1979 no Ministério da Fazenda como assessor e ficou até 1983, quando voltou para o Banco Central, retornou para o Ministério da Fazenda em 1985. Em 1990 tornou-se diretor executivo do Banco Mundial representando o Brasil até 1992, e em 1992 também se tornou diretor executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi, em março de 1993, para a presidência do Banco Central permaneceu até setembro de 1993. Em 1995 o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso o indicou para a presidência do Banco do Brasil, cargo que ocupou até dezembro de 1998. Ingressou depois no setor financeiro privado como presidente do Grupo Financeiro Meridional, propriedade do Banco Bozano.

Em setembro de 1993 Pedro Malan assumiu a presidência do Banco Central. Foi diretor executivo no Banco Mundial de 1986 a 1990, quando esteve também como diretor executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) até 1992 quando voltou para o Banco Mundial ficando lá até assumir a presidência do Banco Central 1993, quando FHC assumiu a presidência em 1995 nomeou Pedro Malan Ministro da Fazenda aonde ficou até o término do governo FHC em dezembro de 2002, em 2003 se tornou vice presidente do Conselho Administrativo do Unibanco aonde já tinham assento Armínio Fraga (ex-presidente do Banco Central) e Pedro Bodin (ex-diretor do Banco Central).

Gustavo Loyola teve carreira no próprio Banco Central até ser presidente deste, Paulo César Ximenes teve carreira no governo e participou do Banco Mundial representando o Brasil antes de ir para a presidência do Banco Central, Pedro Malan foi do Banco Mundial e do BID antes de ir para a presidência do BC. Loyola foi consultor financeiro depois, já Pedro

Malan e Ximenes continuaram no governo, porém Ximenes foi em 1998 para o setor financeiro privado e Pedro Malan em 2003, também, para o setor financeiro.

Ao contrário dos nomeados a presidente do Banco Central por Fernando Collor, os de Itamar Franco tiveram carreira anterior fora de empresas, servindo ao governo. Porém, após o governo um deles foi consultor financeiro, enquanto os outros dois só depois de um tempo foram para o setor financeiro. O que pode mostrar a “valorização” destes gestores para as empresas, principalmente as financeiras nesse caso.

Na CVM, Itamar Franco nomeou Luiz Carlos Piva e Thomas Tosta de Sá como presidentes, em seu governo. Não foi possível encontrar dados sobre a carreira de Luiz Carlos Piva.

Thomas Tosta de Sá presidiu a CVM de dezembro de 1993 a agosto de 1995. Abriu uma empresa de consultoria de investimentos em 1970, de 1979 a 1981 foi assessor da Presidência da Bovespa e de 1981 a 1983 diretor da Banespa Corretora na área de ações e commodities. De 1983 a 1991 esteve como diretor da Cicatrade e da São Paulo Alpargatas, em 1993 ocupou a presidência da CVM ficando até 1995, foi para o Banco Bandeirantes permanecendo até 2000, de 2001 a 2011 foi sócio da Mercatto Gestão de Recursos.

Com Thomas Tosta de Sá, sendo do setor financeiro antes da CVM e voltando para o setor após a CVM, demonstra um caso claro do gestor utilizando a “porta giratória”, transitando do setor privado para o governo e retornando ao setor privado novamente.

Durante seu governo, Itamar não chegou a nomear ninguém como presidente do CADE, continuando no cargo Ruy Coutinho do Nascimento nomeado por Fernando Collor. Que teve a trajetória anterior no governo e em órgão público, depois se encaminhou ao conselho da ABRIG e da FIESP, e mais tarde à presidência da Latin Link Consultoria Empresarial.

O Ministério da Economia voltou a ser Ministério da Fazenda no governo de Itamar Franco, separando o Ministério do Planejamento novamente. Os nomeados por Itamar como ministros da Fazenda foram Gustavo Krause, Paulo Haddad, Eliseu Resende, Fernando Henrique Cardoso (FHC), Rubens Ricúpero e Ciro Gomes.

Em outubro de 1992 Itamar Franco nomeou Gustavo Krause Gonçalves como Ministro da Fazenda, aonde ficou até dezembro de 1992. Participou da equipe de seu tio Moura Cavalcanti na Secretaria de Administração de Pernambuco de 1965 a 1966, de 1970 a 1973 foi da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, encaminhando-se em 1973 a assessor no Ministério da Agricultura até 1974, esteve como Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco de 1975 a 1979. Nomeado Prefeito de Recife de 1979 a 1982, foi eleito vice

governador de Pernambuco de 1983 a 1986, de 1986 a 1987 assumiu o governo de Pernambuco. Eleito vereador de Recife em 1989, em 1990 eleito deputado federal. Em 1991 foi secretário da Fazenda de Pernambuco, em 1992 assumiu o Ministério da Fazenda ficando apenas dois meses, voltando ao seu mandato de deputado federal. Em 1995 o presidente Fernando Henrique Cardoso o nomeou ministro do Meio Ambiente, deixando o Ministério no início do segundo mandato de FHC em 1999.

Em dezembro de 1992 Paulo Haddad assumiu o Ministério da Fazenda ficando até março de 1993. Paulo Haddad foi professor da UFMG em 1975, aposentando-se em 1991. Entre 1979 e 1982 permaneceu como Secretário de Planejamento de Minas Gerais e de 1982 a 1983 como Secretário da Fazenda de Minas Gerais. Esteve como diretor do Instituto JK de Pesquisa Sócio-Econômica e Política. Em outubro de 1992 ocupou o Ministério do Planejamento se encaminhando em dezembro para o Ministério da Fazenda, aonde ficou até 1993. Tornou-se diretor presidente da PHORUM Consultoria e Pesquisas em Economia Ltda. Em 1995 foi vice presidente do PSDB nacional, sendo consultor econômico do governo de Minas Gerais entre 1995 a 1998. Também se tornou diretor da empresa de consultoria AERI Análise Econômica Regional e Internacional e foi professor do IBMEC/MG.

Eliseu Resende em março de 1993 foi nomeado ministro da Fazenda, ficando até maio do mesmo ano. Professor da UFMG e da Universidade Católica de Minas Gerais, também foi de diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) em 1967, em 1974 tornou-se pesquisador da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes e também consultor da Ford do Brasil, na época foi também técnico da Samarco assumindo sua presidência em 1975 e se tornou ministro dos Transportes de 1979 a 1982. Em 1983 elegeu-se diretor presidente das Empresas Petroquímicas do Brasil (EPB), foi presidente do Conselho de Administração da Companhia Petroquímica Camaçari (1985). Esteve como membro do Conselho de Administração da COPENE Petroquímica do Nordeste S/A (1985), do Conselho de Administração da SALGEMA Indústrias Químicas S/A (1986), do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (1987) e do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce (1990). Em 1990 tornou-se diretor presidente de FURNAS Centrais Elétricas S/A e membro do conselho de administração da Nuclebrás Engenharia S/A em 1991. Em 1992 foi nomeado presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A ELETROBRÁS, em 1993 se tornou presidente do Conselho Empresarial de Transporte da Associação Comercial do Rio de Janeiro, encaminhou-se para o ministério da fazenda em maio e saiu dois meses depois. Assumiu como deputado federal em 1995 reelegendo-se nos mandatos de 1999 e 2003, sendo eleito em 2007 como senador, faleceu em 2011.

Rubens Ricúpero saindo voltou a ser embaixador e foi pra ONU, Ciro Gomes manteve a carreira política após o ministério.

Somente Eliseu Resende dos seis ministros da Fazenda de Itamar teve carreira anterior no setor privado, porém também trabalhando em organizações públicas anteriormente. Após o Ministério, Paulo Haddad foi o único a ter ligação com o setor privado, em consultoria financeira.

Para o Ministério do Planejamento, com a sua formação novamente após a extinção do Ministério da Economia, os nomeados por Itamar foram Paulo Haddad, Yeda Crusius, Alexis Stepanenko e Beni Veras.

Paulo Haddad foi nomeado por Itamar Franco Ministro do Planejamento em outubro de 1992 ficando até janeiro de 1993. Paulo Haddad foi professor da UFMG em 1975, aposentando-se em 1991. Entre 1979 e 1982 esteve como Secretário de Planejamento de Minas Gerais e de 1982 a 1983 como Secretário da Fazenda de Minas Gerais. Foi diretor do Instituto JK de Pesquisa Sócio-Econômica e Política. Em outubro de 1992 foi Ministro do Planejamento indo depois para o Ministério da Fazenda, aonde ficou até março de 1993. Tornou-se diretor presidente da PHORUM Consultoria e Pesquisas em Economia Ltda. Em 1995 foi vice presidente do PSDB nacional, sendo consultor econômico do governo de Minas Gerais entre 1995 a 1998. Também se tornou diretor da empresa de consultoria AERI Análise Econômica Regional e Internacional e foi professor do IBMEC/MG.

Em janeiro de 1993 Yeda Crusius assumiu o Ministério aonde ficou até maio do mesmo ano. Fez carreira docente e em 1974 começou a prestar consultoria para empresas, em 1986 se tornou membro do conselho fiscal do Banco Meridional. Em 1993 foi para o Ministério do Planejamento, após o Ministério retornou a suas funções acadêmicas e passou a integrar os conselhos administrativos do Banco Meridional e do BNDES, também teve funções no PSDB sendo eleita em 1994 para deputada federal, reelegendo-se em 1998 e 2002, e em 2006 foi eleita governadora do Rio Grande do Sul.

Alexis Stepanenko assumiu em maio de 1993 o Ministério, ficando até março de 1994. Trabalhou para o governo, para a UNESCO, no Banco Lar Brasileiro de 1975 a 1978, na Indústria e Comércio Atlantis do Brasil Ltda., foi consultor das Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), sócio-gerente da Marktel Consultoria S/C Ltda., de 1985 a 1990, e também professor. Em 1992 trabalhou como coordenador da assessoria técnica do gabinete do vice-presidente Itamar Franco, e quando Itamar assumiu a presidência veio a ser subsecretário-geral da Presidência da República e em 1992 também foi vice-presidente do sistema do BNDES. Em 1993 foi para o Ministério do Planejamento, quando deixou em 1994 se

encaminhou para o Ministério de Minas e Energia permanecendo até setembro do mesmo ano. Em 1995, depois da posse de Fernando Henrique na presidência, Alexis Stepanenko foi nomeado diretor comercial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em Brasília. Depois fez carreira de conferencista e consultor. Tornou-se presidente do conselho diretor do Grupo VIBRAPAR e um dos vice-presidentes da Câmara de Comércio e Indústria Brasil China – CCIBC.

De março de 1994 até dezembro de 1994 Beni Veras foi Ministro do Planejamento. Trabalhou nas empresas de confecções S.A. Roupas do Nordeste, Saronord e Confecções Guararapes S.A, mais tarde montou a Confex S.A. Atuou como assessor no governo do estado do Ceará em 1987, foi eleito senador em 1990, nomeado para o Ministério do Planejamento em 1994 e com o final do governo de Itamar reassumiu como senador. Em 1999 assumiu como vice-governador do Ceará, assumindo em 2002 o governo do Ceará pelo afastamento do governador para a disputa da eleição como senador.

Assim, Paulo Haddad antes era professor e fez parte do governo de Minas, Yeda Crusius era professora e prestou consultoria para empresas além de ser membro do conselho fiscal do Banco Meridional, Alexis Stepanenko antes foi do governo, da Unesco, do Banco Lar Brasileiro, professor e prestou consultorias, Beni Veras trabalhou no governo e depois ingressou na política. Paulo Haddad depois continuou no governo por pouco tempo e mais tarde trabalhou em empresas de consultoria na área econômica, Yeda Crusius voltou a carreira acadêmica e integrou o conselho do Banco Meridional e do BNDES e mais tarde fez carreira política, Alexis Stepanenko continuou no governo no Ministério de Minas e Energia, foi de empresa estatal, consultor e depois presidente do conselho diretor do Grupo VIBRAPAR (atividade ligada a combustíveis), mostrando uma semelhança com o Ministério de Minas e Energia, Beni Veras continuou na política.

Dois de quatro Ministros do Planejamento de Itamar participaram de consultoria privada antes de irem pro Ministério, e depois dele dois Ministros tiveram ligação com o setor privado por consultoria ou atuando dentro de empresa.

Durante o governo de Itamar, seus nomeados têm padrão de não apresentarem relação com o setor privado anteriormente. Três dos quatro que apresentaram relação com o setor privado, prestavam serviços de consultoria. Na CVM, mesmo não encontrando material sobre um dos nomeados, houve a nomeação de Thomas Tosta de Sá, que esteve no setor financeiro, e no Ministério do Planejamento metade dos que foram nomeados tiveram alguma ligação com o setor privado. O Banco Central comporta uma diferença relevante, em que os três que não trilharam carreira anterior no setor privado, passaram a ter após a presidência do órgão.

Portanto, existiu uma diferença entre os padrões de nomeação do governo Collor para o governo Itamar. Enquanto Collor privilegiava nomeações de indivíduos ligados ao setor privado, Itamar privilegiava com carreira no setor público e governamental. Depois de estarem nos órgãos a ida para o setor privado é significativa, provavelmente estabelecido pelo aprendizado nas instâncias governamentais que estes vieram é expressiva a presença em consultorias.

Em janeiro de 1995, Itamar Franco deu lugar a Fernando Henrique Cardoso (FHC) na presidência da república. FHC levou ao Banco Central em seu primeiro mandato Pêrsio Arida, Gustavo Loyola e Gustavo Franco.

FHC nomeou Pêrsio Arida em janeiro de 1995 ficando até junho do mesmo ano. Pêrsio Arida atuou como diretor do Banco Central entre 1985 1987, quando foi para o setor privado como diretor da Brasil Warrant até 1989. Tornou-se Sócio e Diretor da HE Participações, aonde ficou até junho de 1988 quando assumiu uma das vice presidências do Unibanco. Filiado ao PSDB foi indicado pelo Ministro da Fazenda FHC ao presidente Itamar Franco para o BNDES assumindo em setembro de 1993 permanecendo até assumir a presidência do Banco Central em 1995, deixando este em junho do mesmo ano. Em janeiro de 1996 se tornou sócio e diretor da Opportunity Asset Management Ltda., empresa que administra recursos financeiros, aonde ficou até 1999. Após a venda da Companhia do Vale do Rio Doce em 1997 integrou seu Conselho de Administração. De 2001 a 2009 esteve no Itaú Unibanco.

FHC nomeou Gustavo Loyola para a presidência do Banco Central ficando de junho de 1995 a agosto de 1997, retornando ao Banco Central após trabalhar na MCM Consultores e quando saiu da presidência do Banco Central em 1997 voltou a prestar consultoria econômica fundando em 1998 a empresa Gustavo Loyola Consultorias S/C Ltda, mais tarde sendo sócio da Tendências Consultoria Integrada S/S Ltda (em 2002) e da Tendências Conhecimento Assessoria Econômica Ltda (em 2003), em 2003 começou a trabalhar no Itaú Unibanco Holding S.A.

Em agosto de 1997 Gustavo Franco assumiu a presidência do Banco Central permanecendo até março de 1999. De carreira docente, em 1993 foi convidado a participar da equipe do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e após Pedro Malan assumir a presidência do Banco Central, em setembro do mesmo ano, Gustavo Franco assumiu a Diretoria de Assuntos Internacionais da instituição. Assumiu a presidência do Banco Central em 1997, e saiu em 1999 e voltou para a carreira sua docente, para a PUC Rio, e esteve como

professor visitante na Universidade de Stanford entre 1999 e 2000. Fundou em 2000 a Rio Bravos Investimentos empresa de serviços financeiros.

Pérsio Arida participou do BNDES antes de ir para o BC, porém antes era do mercado financeiro, Gustavo Loyola foi do setor financeiro para o BC, já Gustavo Franco teve carreira docente e antes de assumir o BC fez parte do Ministério da Fazenda e do próprio BC. Arida e Loyola foram pro setor financeiro após, já Gustavo Franco voltou para a carreira docente e um ano depois abriu uma empresa de serviços financeiros.

Desse modo, dois dos três presidentes do BC passaram pelo setor financeiro antes de se encaminharem ao cargo. Após o cargo, os três se encaminharam ao setor financeiro. Portanto, é demonstrada a rotação entre o setor privado financeiro e o governo, com o único que não havia ligação anterior com o setor se encaminhando depois com a experiência obtida.

Na CVM houve um único nomeado como presidente no primeiro mandato de Fernando Henrique, Francisco da Costa e Silva, que assumiu a presidência em agosto de 1995, ficando até janeiro de 2000. Ingressou no BNDES em 1974 aonde fez carreira. Entrou na CVM como diretor em 1993 sendo nomeado presidente em 1995 ficando no cargo até 2000. A partir de 2000 integrou escritório de advocacia Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados, participou de 2001 a 2009 do Conselho Administrativo do Banco do Brasil S.A. e da Vale S.A. de 2007 a 2010. Francisco da Costa e Silva passou a ter ligação com o setor privado após o seu cargo na CVM.

Gesner José de Oliveira Filho foi o único nome como presidente do CADE no primeiro mandato de Fernando Henrique. Em 1996 Gesner José de Oliveira Filho assumiu como presidente do CADE aonde ficou até 2000. Antes do CADE exercia a carreira docente e fez parte da secretaria de política econômica do Ministério da Fazenda, sendo em 1996 presidente do CADE saindo em 2000, continuando sua carreira docente na FGV. Tornou-se presidente da Sabesp, ficando entre 2006 e 2010, foi consultor e sócio-diretor de Tendências Consultoria Integrada, presidente do Instituto Tendências de Direito e Economia e consultor de cenários para diferentes grupos econômicos. A partir de 2011 virou sócio presidente da GO Associados S.A. Ltda, além disso, em 2016 passou a ser membro de diversos conselhos como da UBER Brasil, Federação Brasileira de Bancos, Usiminas, Econservation e Centro de Integração Empresa Escola. Após um tempo fora do CADE que Gesner Oliveira obteve relação com o setor privado, denotando também a valorização de seu conhecimento adquirido dentro do governo.

Com FHC assumindo a presidência em 1995, Pedro Malan foi nomeado Ministro da Fazenda ficando até o fim do governo FHC em dezembro de 2002. Em 1966 ingressou no

Ministério do Planejamento, em 1977 foi um dos fundadores do Instituto de Economistas no Rio de Janeiro sendo o presidente, em 1978 passou a exercer a docência indo para a PUC primeiramente. Em 1983 foi diretor da Divisão de Análise de Políticas e Pesquisas do Centro de Empresas Transnacionais da ONU em Nova Iorque, ficando na ONU até 1986 quando passou a ser diretor no Banco Mundial, encaminhando-se em 1990 para a diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento, voltou para o Banco Mundial em 1992 permanecendo até 1993 quando foi nomeado presidente do Banco Central até ser Ministro de Fazenda em 1995 até 2002. Em 2003 se tornou vice-presidente do Conselho Administrativo do Unibanco, em 2008 foi membro do Conselho Curador da International Accounting Standards Committee Foundation (IASC) que controla o Comitê Internacional de Normas Contábeis (IASB) e também membro independente do Conselho de Administração da OGX Petróleo e Gás Participações. Em 2009 presidiu o Conselho Consultivo Internacional do Itaú Unibanco e também atuou como membro do Conselho de Administração da EDP do Brasil, empresa holding do setor de energia controlada pela EDP de Portugal. Pedro Malan não teve ligação anterior com o setor privado, porém imediatamente após o Ministério da Fazenda foi para o Unibanco.

Para o Ministério do Planejamento, FHC nomeou em seu primeiro mandato José Serra, Antônio Kandir e Paulo Paiva.

FHC nomeou em janeiro de 1995 José Serra como Ministro do Planejamento, aonde ficou até maio de 1996. Serra começou sua carreira profissional como professor na Faculdade de Economia da Universidade do Chile, também foi funcionário da ONU. Atuou como Secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, em 1986 elegeu-se deputado federal e reelegeu-se em 1990, em 1994 foi eleito senador e quando FHC assumiu a presidência em 1995 foi nomeado Ministro do Planejamento ficando até maio de 1996, depois também esteve como Ministro da Saúde de FHC. Em 2002 candidatou-se a presidência perdendo pra Lula, mais tarde foi prefeito de São Paulo, governador de São Paulo e em 2014 eleito senador, novamente. Michel Temer o nomeou Ministério das Relações Exteriores em 2016.

Antônio Kandir assumiu o Ministério do Planejamento em junho de 1996 deixando-o em março de 1998. Trabalhou no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 1981 e 1983 foi diretor da empresa de consultoria Kandir e Associados Ltda., trabalhou no Itaú S.A. Planejamento e Engenharia, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Em 1983 esteve na equipe de José Serra na Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, atuou como professor, em 1985 e 1986 prestou

consultoria ao Banco do Estado de São Paulo (Banespa), foi assessor na Secretaria de Planejamento e Controle no Rio de Janeiro entre 1987 e 1991. Em 1990 atuou como secretário no Ministério da Economia, deixou o Ministério junto com a Ministra Zélia Cardoso quando foi trabalhar no seu escritório de assessoria econômica, em 1994 eleito deputado federal e em 1996 foi para o Ministério do Planejamento ficando até 1998. Em 1998 saiu do ministério para concorrer às eleições e sendo eleito novamente deputado federal, terminado seu mandato em 2003 trabalhou como consultor de empresas e em 2004 se tornou sócio diretor da GG Investimentos. Ainda, atuou como membro dos conselhos da Gol, Medial Saúde (2006 a 2008), Avipal, Datasul (2005 a 2008), W. Torre, Supermercado Gimenes S.A., Cadysystem S.A. (2011 a 2012).

Em março de 1998 Paulo Paiva assumiu como Ministro do Planejamento, ficando até março de 1999. Exerceu a docência na UFMG, foi presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e diretor do Cedeplar. Em 1991 esteve como Secretário de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, em 1995 com a posse de FHC acabou sendo nomeado Ministro do Trabalho e transferido em 1998 para Ministro do Planejamento. Em 1999 foi para o Banco Interamericano de Desenvolvimento aonde ficou até 2005, em 2006 assumiu como Secretário de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais assumindo em 2007 a Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais e sendo nomeado também em 2007 presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Serra antes foi professor, trabalhou na ONU, no governo e fez carreira política, Antônio Kandir teve carreira diversificada trabalhando em institutos públicos de pesquisa, como consultor, como professor, no Itaú S.A. Planejamento e Engenharia, atuou como consultor do Banespa e trabalhou no governo, Paulo Paiva atuou como professor, trabalhou em instituições públicas e no governo de Minas. Serra após continuou no governo e sua carreira política, Antônio Kandir foi para a política e depois trabalhou como consultor e em empresa de investimentos e empresas de outros ramos, Paulo Paiva depois foi para o BID e trabalhou novamente no governo de Minas.

Dos três, somente um trabalhou no setor privado como consultor e em uma empresa financeira, após o Ministério continuou do mesmo modo e o mesmo voltou a ser consultor e em empresa financeira além de outros ramos.

No governo de Fernando Henrique, entre o fim de seu primeiro mandato (1998) e o início de seu segundo mandato (1999), ocorreu a crise dos países asiáticos, começada em 1997, que teve consequências no Brasil. Esta consequência se deu por dois fatores:

O primeiro foi o choque adverso dos preços relativos: entre os meses de janeiro de 1997 e janeiro de 1999 – quando ocorreu a desvalorização –, o índice de preços dos produtos básicos e semimanufaturados exportados pelo Brasil caiu 15% e 17%, respectivamente. O segundo foi o fechamento dos mercados internacionais de crédito, após a crise da Rússia, em agosto de 1998. A estratégia brasileira pressupunha que o país teria tempo para fazer os ajustes necessários, enquanto o resto do mundo financiava um desequilíbrio temporariamente elevado do Balanço de Pagamentos. O choque de preços fez esse desequilíbrio se tornar ainda maior (Averbug; Giambiagi, 2010, p. 11).

Pelos efeitos da crise na economia nacional, espera-se igualmente impactos na configuração e rotação dos gestores do capital. Com a direção política apresentando alternativas em relação à política econômica, como resposta ao ciclo econômico, possibilitando alterações nas chefias dos órgãos analisados.

Armínio Fraga se tornou em março de 1999 presidente do Banco Central ficando até o término do governo FHC em dezembro de 2002. Em 1985 esteve como economista chefe do Banco de Investimentos Garantia sendo também professor da FGV e da PUC Rio, partindo para os EUA em 1988 para ser professor visitante da Universidade da Pensilvânia até 1989 quando assumiu a vice presidência do Banco de Investimentos norte americano Salomon Brothers. Em 1991 voltou ao Brasil para ser diretor do Banco Central no governo Collor, saiu em 1992 quando atuou na empresa de investimentos Soros Fund Management em Nova Iorque aonde ficou até 1999. Assumiu a presidência do Banco Central em 1999 e deixou com a posse de Lula em janeiro de 2003, em agosto de 2003 criou o fundo Gávea Investimentos, já em 2004 voltou a lecionar na PUC Rio e em 2009 assumiu como presidente do conselho administrativo da BM&FBovespa. Durante sua carreira foi membro de outras instituições financeiras como Unibanco e JP Morgan.

Armínio Fraga rotacionou do setor financeiro para o BC e voltou pro setor financeiro após o Banco Central. Portanto, no início do segundo mandato de FHC, em março de 1999, Armínio Fraga foi nomeado para a presidência do Banco Central com a finalidade de não deixar que uma crise, como dos países asiáticos e do México em 1995, atingisse o Brasil. Percebe-se que como resposta se buscou por gestores naturais do setor financeiro. Considera-se que o “ponto de inflexão foi, sem dúvida, a posse de Armínio Fraga na presidência do Banco Central em março e as decisões tomadas em seguida” (Averbug; Giambiagi, 2010, p. 19)

Antes de Armínio Fraga assumir a presidência do Banco Central, Gustavo Franco quem estava no cargo, sendo este o único dos presidentes do órgão no período FHC que não apresentava histórico no setor financeiro privado. Ou seja, após a crise de 1998 trocou-se o

presidente do Banco Central de alguém que não tinha ligações com o setor financeiro privado por alguém com esta ligação.

Na Comissão de Valores Monetários, Fernando Henrique nomeou em seu segundo mandato José Luiz Osório e Luiz Leonardo Cantidiano.

José Luiz Osório assumiu a presidência da CVM em janeiro de 2000 e saiu em julho de 2002. Tendo trabalhado no Banco de Boston entre 1978 e 1985, em 1986 no Banco de Investimentos Garantia aonde ficou até 1993, Já de 1993 a 1997 se tornou sócio diretor do Banco Icatu, de 1997 a 1999 esteve na Lehman Brothers do Brasil. Em 1999 atuou no BNDES aonde ficou até assumir a presidência da CVM em 2000, trabalhando de 2005 a 2007 nas Lojas Renner e de 2007 a 2008 na Invest Tur S.A.

Luiz Leonardo Cantidiano foi presidente da CVM entre julho de 2002 a maio de 2004. Antes esteve no BNDES, e em 2014 no Santo Antônio Energia S.A., passou a ser membro do Conselho Superior do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), membro do Conselho da Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca) e Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF/Rio).

José Luiz Osório era do setor financeiro e um ano antes da CVM foi para o BNDES, depois trabalhou nas Lojas Renner e na Invest Tur. Luiz Leonardo Cantidiano também era do BNDES antes de ir para a CVM, e só mais tarde passou por Santo Antônio Energia S.A, pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), pela Associação Brasileira de Companhias Abertas e pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças.

Apenas o primeiro participou, anteriormente, do setor privado financeiro e os dois passaram por empresas privadas logo após a experiência na CVM. Porém, não se percebeu mudança significativa no padrão de nomeações depois da crise de 1998/1999.

FHC nomeou somente João Grandino Rodas como presidente do CADE, em seu segundo mandato. De 2000 a 2004 João Grandino Rodas esteve na função. Tendo trabalhado na área jurídica como juiz e desembargador até dar consultoria jurídica para o Ministério das Relações Exteriores e ser membro da Comissão Jurídica Interamericana da OEA, chegando no CADE em 2000 e saindo em 2004. Esteve ligado a diversas atividades como membro do Conselho Diretor da Comissão Fulbright para Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (2000 a 2010), juiz do Tribunal Administrativo do Sistema Econômico Latino Americano (2000 a 2013), diretor da Faculdade de Direito da USP (2006 a 2010), chefe do departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da USP (1998 a 2002 e 2006 a 2008), membro titular do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL

(2004 a 2010), reitor da Universidade de São Paulo (2010 a 2014) e membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) desde 2012.

Deste modo, João Grandino Rodas teve carreira pública e foi do governo antes do CADE, depois voltou para a carreira pública e fez partes de conselhos de governos, não tendo ligação com empresas privadas. Não é perceptível mudança significativa na nomeação da presidência do CADE no governo FHC com a crise de 1998.

Pedro Malan continuou como ministro da Fazenda no segundo mandato de FHC, permanecendo até o final, mesmo com a crise de 1998.

No Ministério do Planejamento, Fernando Henrique nomeou em seu segundo mandato Pedro Parente, Martus Tavares e Guilherme Dias.

Em abril de 1999 Pedro Parente foi nomeado Ministro do Planejamento, deixando a pasta em julho do mesmo ano. Em 1971 foi aprovado em concurso para o Banco do Brasil, mas transferiu-se para o Banco Central em 1973. Foi secretário no Ministério da Fazenda em 1985 e 1986, secretário da Secretaria do Tesouro Nacional em 1987 e 1988, secretário no Ministério do Planejamento em 1989 e 1990, presidiu o Serviço Federal de Processamento de Dados em 1990 e 1991 e em 1991 atuou na Secretaria de Planejamento no Ministério da Economia. Em 1993 e 1994 prestou consultoria externa para o FMI, de 1995 a 1999 esteve como secretário executivo do Ministério da Fazenda, em 1999 assumiu o Ministério do Planejamento saindo no mesmo ano transferido para a chefia da Casa Civil aonde ficou até o final do governo FHC. Participou do conselho de empresas como TAM, ALL (America Latina Logística) e Kroton Educacional, exerceu a vice-presidência executiva do Grupo Rede Brasil Sul de Comunicações (2003 a 2009). Também, atuou como CEO e presidente da Bunge Brasil de 2010 a 2014, foi membro do conselho da Continental Grains Corporation, presidente dos conselhos da BMF&Bovespa, do Grupo ABC, da SBR-Global, e do Arlon Latin America Private Equity Fund, sócio executivo do grupo PRADA de empresas de gestão financeira e consultoria empresarial. Foi empossado em 2017 como Presidente da Petrobras.

Martus Tavares assumiu o Ministério do Planejamento em julho de 1999 e deixou em abril de 2002. De 1980 a 1986 foi professor na Universidade Estadual de Londrina, em 1986 esteve na Secretaria do Tesouro Nacional, indo em 1989 para do Departamento de Orçamentos da União do Ministério da Economia, de 1990 a 1991 atuou como secretário de Política Econômica e em 1992 como secretário na Secretaria Nacional de Planejamento. De 1992 a 1994 foi assessor da liderança do PSDB na Câmara do Deputados, atuou como consultor para o FMI e para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1995 virou chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento e depois secretário desse

mesmo Ministério até ser em 1999 nomeado Ministro, deixando-o em 2002. De 2002 a 2004 trabalhou como presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2005 como secretário de Planejamento do governo de São Paulo, em 2006 para a empresa BR Vias e em 2010 se tornou vice-presidente da Bunge Brasil.

FHC nomeou Guilherme Dias como Ministro do Planejamento em abril de 2002, aonde ficou até o final do governo FHC. Em 1984 entrou no BNDES fazendo carreira, de 1985 a 1992 também foi professor da UFRJ, de 1992 a 1999 coordenou o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES), atuou como secretário municipal de Planejamento de Vitória de 1993 a 1996, como secretário municipal de Economia e Finanças de 1997 a 1999, Em 1999 como secretário no Ministério do Planejamento se tornando Ministro em 2002 permanecendo até o fim do ano quando se encerrou o governo FHC. Tornou-se secretário de Economia e Planejamento do Espírito Santo em 2003 e secretário de Desenvolvimento em 2007. Pertenceu ao conselho da Petrobrás, Eletrobrás e Caixa Econômica Federal, foi diretor de planejamento e finanças do Banco de Desenvolvimento do Estado (BANDES) e de 2013 a 2017 diretor presidente do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes).

Pedro Parente trabalhou no Banco do Brasil e no Banco Central, foi do governo e consultor do FMI, Martus Tavares trabalhou como professor, para o governo e como consultor do FMI e do BID, Guilherme Dias foi professor, fez carreira no BNDES e trabalhou no governo. Pedro Parente continuou no governo e depois atuou em várias empresas privadas inclusive da área financeira e em 2017 se tornou presidente da Petrobras, Martus Tavares esteve no BID e depois em empresas privadas (BR Vias e Bunge Brasil), Guilherme Dias continuou trabalhando para o governo e trabalhou em empresas e bancos públicos.

Portanto, nenhum dos nomeados no segundo mandato de FHC tinham carreira anterior em empresas privadas, sendo que após o Ministério dois dos três trabalharam em empresas privadas depois de transcorrido algum tempo.

No Ministério do Planejamento durante os dois mandatos do governo de FHC, das seis nomeações para ministro cinco foram de pessoas que não eram ligadas ao setor privado antes, o que mostra um padrão. O único que possuía ligação com o setor privado antes era quem esteve no cargo entre 1998/1999, e em abril de 1999 foi substituído, mostrando uma mudança pontual que pode estar ligada a crise de 1998/1999, mas que, por ser o padrão das nomeações, pode não ter relação.

Considerada a crise, percebe-se que houve influência dela na mudança do presidente do Banco Central perante o currículo do mesmo. Fernando Henrique colocou Armínio Fraga,

com histórico no setor financeiro, no lugar de Gustavo Franco, que pelo contrário não tinha histórico em empresa financeira nem privada, atentando-se pelas características da crise e sua relação com o Banco Central.

Referente ao período analisado, do governo Fernando Collor ao governo Fernando Henrique, não percebe-se um aumento da rotação, mas flutuações com a cada governo apresentando um aspecto específico. Fernando Collor e Itamar Franco possuem diferenças claras, por exemplo, na rotação destes gestores, com Collor acentuando a rotação mais que Itamar. Quanto ao período de Fernando Henrique, a rotação é acentuada novamente, porém com suas particularidades. Mesmo que diferenças pontuais apareçam em cada governo, há em todos a presença explícita da “porta giratória”, mostrando que esta é um comportamento predominante em governos diferentes.

3.2 Troca de partido no poder (2002-2003)

Passando a análise da troca de partido de 2002 para 2003, Fernando Henrique Cardoso entregou a faixa presidencial para Luís Inácio Lula da Silva, com o governo do PSDB dando o lugar para o governo do PT.

Lula nomeou Henrique Meirelles em janeiro de 2003 como presidente do Banco Central, aonde ficou até o término do governo de Lula em dezembro de 2010. Henrique Meirelles fez carreira no Banco de Boston entrando em 1974 sendo presidente do banco no Brasil em 1984, chegando a presidente mundial do banco em 1996, quando o banco se fundiu com o Fleet Financial Group em 1999 assumiu a presidência da Global Bank do FleetBoston Financial. Em 2002 se aposentou do banco e concorreu ao cargo de deputado federal pelo PSDB sendo eleito porém não chegou a assumir seu mandato pois foi nomeado pelo presidente Lula como presidente do Banco Central aonde ficou até o fim de seu governo. Depois Meirelles foi membro do conselho da Azul Linhas Aéreas e presidiu a J&F Investimentos que controla a empresa de alimentos JBS. Em 2016 foi nomeado Ministro da Fazenda por Michel Temer.

No governo FHC apenas um entre os seus quatro presidentes do BC não era do mercado financeiro antes de ir para o BC e esse único quando saiu abriu uma empresa de serviços financeiros enquanto os outros voltaram para o mercado financeiro, no governo Lula seu único presidente do BC era do setor financeiro e voltou ao setor financeiro, atuando

também na Azul Linhas Aéreas, após o governo, tendo mais tarde voltado para o governo (quando Michel Temer assumiu). Assim, não há uma alteração no padrão de nomeação quando se compara o governo FHC e Lula, no que se refere ao Banco Central, com os dois optando por indivíduos do mercado financeiro. Ou seja, na mudança do PSDB para o PT continuaram nomeações de personagens do mercado financeiro.

O que comporta a CVM, os nomeados por Lula foram Marcelo Fernandez Trindade e Maria Helena Santana. Marcelo Fernandez Trindade assumiu em junho de 2004 e ficou até julho de 2007 a presidência da CVM. Antes atuou em firmas de advocacia, depois, em 2008, foi para a Bovespa.

De julho de 2007 a julho de 2012 Maria Helena Santana foi presidente da CVM. Trabalhou na BM&FBovespa de 1994 até 2006, quando passou a ser diretora da CVM em 2006 e em 2007 a ser presidente da CVM até 2012. Em 2013 atuou como conselheira da CPFL Geração de Energia S/A, em 2014 foi para a TOTVS S.A. É membro do comitê de auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A, e a partir de 2013 é, também, membro independente do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Distribuição do Grupo Pão de Açúcar.

Portanto, Marcelo Fernandez Trindade era de firmas de advocacia antes da CVM e se encaminhou para a Bovespa após sua atuação na CVM, Maria Helena Santana trabalhou na Bovespa antes da CVM e depois foi para o setor financeiro e também para o produtivo. Os dois foram para o setor financeiro, tendo Maria Helena participado do ciclo completo de rotação por ter participado antes do setor.

Com FHC, os presidente foram nomeados de forma diversificada sendo dois anteriormente do BNDES e depois participando de diversas empresas de diferentes ramos, com um deles se encaminhando ao Banco do Brasil e a Vale por exemplo, e ainda existiu um presidente que era do setor financeiro antes e depois pertenceu ao BNDES, ao setor de serviços e ao financeiro. Durante o governo Lula um era de firma de advocacia antes passando depois para a Bovespa e a outra era da Bovespa antes e passou pelo setor financeiro e pelo produtivo após.

Portanto, os dois governos se aproximam na forma de nomeação para a presidência da CVM, com todos passando por empresas após a presidência na CVM. Existem diferenças pontuais quanto a origem de cada um. Com um ou outro originando do setor financeiro, porém existindo aqueles não se originaram dele, demonstrando que não existe uma regularidade nas nomeações durante o governo. Neste sentido, na mudança de governo do PSDB para o PT não é possível verificar diferença relevante, com as nomeações não tendo

nenhum padrão, somente a relação dos governos de todos seus nomeados se encaminharem ao setor privado, levando o conhecimento adquirido por suas atividades no órgão.

Para a presidência do CADE, Lula nomeou Elizabeth Farina e Arthur Badin. Elizabeth Farina assumiu a presidência do CADE em 2004 saindo em 2008. Foi professora da Faculdade de Economia da USP de 1982 a 2012, é diretora presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar desde 2012, licenciando-se da Tendências para assumir o cargo. Passou a ser membro do Conselho de Economia e do Conselho do Agronegócio, ambos da FIESP, em 2013.

Arthur Badin foi presidente do CADE entre 2008 e 2010. Participou da Secretaria de Direito Econômico de 2003 a 2005, atuou como presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos de 2003 a 2005, como conselheiro do Conselho Nacional de Seguros Privados de 2004 a 2005 e como secretário executivo do IRB-Brasil Resseguros S/A em 2005. Ocupou o cargo de procurador geral do CADE em 2006 até ser presidente do CADE em 2008. Passou a ser diretor jurídico da Camargo Correa S/A em 2011.

No governo FHC os dois presidentes nomeados no período tinham feito parte do governo sendo um professor e o outro com carreira pública, após a presidência do CADE um voltou à docência, logo depois se ligou a consultorias econômicas para empresas e mais tarde participou de diversos conselhos, já o outro voltou a carreira pública e fez parte de conselhos governamentais. Com Lula um dos nomeados era professor, e o outro fez parte de órgãos do governo e de uma empresa de resseguro e após ambos foram para o setor produtivo.

Todos nomeados antes da presidência do CADE não foram de empresas privadas e eram de órgãos do governo ou até mesmo professores, somente um deles, do governo Lula, teve ligações com uma empresa de resseguros. Depois do CADE todos fizeram parte de empresas privadas, seja do setor produtivo ou financeiro, ou prestaram consultoria, somente um no governo FHC que não. Porém, mesmo que existam duas exceções há uma predominância dos casos em que os nomeados não são do setor privado mas depois vão para este setor seja trabalhando para as empresas do setor ou prestando consultoria. Portanto, não há diferença significativa do governo do PSDB para o do PT.

O governo Lula contou com dois ministros da Fazenda, Antônio Palocci e Guido Mantega. Antônio Palocci foi nomeado Ministro da Fazenda na posse de Lula em janeiro de 2003, saindo em março de 2006. Depois de concluir o curso de medicina trabalhou como servidor da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo em Ribeirão Preto, começou a atividade política quando eleito em 1988 como vereador de Ribeirão Preto, em 1990 eleito como deputado estadual e em 1993 assumiu a prefeitura de Ribeirão Preto. Em 1998 foi eleito

deputado federal, em 2000 eleito novamente como prefeito de Ribeirão Preto licenciando-se em 2002 para coordenar o programa de governo da candidatura de Lula. Assumindo em 2003 Lula nomeou Palocci Ministro da Fazenda saindo em 2006 quando eleito deputado federal. Assumiu o Ministério da Casa Civil de Dilma em 2011.

Em março de 2006 Guido Mantega foi nomeado por Lula Ministro da Fazenda ficando até o fim do primeiro mandato de Dilma em dezembro de 2014. Tornou-se professor da FGV SP em 1981 e em 1982 professor na PUC-SP aonde ficou até 1987. De 1989 a 1992 esteve como Diretor de Orçamento e Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, com a posse de Lula em 2003 acabou sendo nomeado Ministro do Planejamento aonde ficou até 2004, atuou como presidente do BNDES até 2006 quando foi nomeado Ministro da Fazenda até sair em 2014.

Com FHC seu único ministro da Fazenda era do cenário governamental e de organizações internacionais como ONU, Banco Mundial, BID, porém após o ministério acabou por se encaminhar ao setor privado, primeiramente para o financeiro. No Governo Lula seus ministros da Fazenda eram do cenário político/governamental tendo um voltado para a carreira política e Mantega continuado como ministro de Dilma. Ou seja, não existe diferença na nomeação de ministros da Fazenda com a mudança de partido, com a diferença sendo após o governo quando o ministro de Fernando Henrique se encaminhou para o setor privado.

Para o Ministério do Planejamento, Lula nomeou Guido Mantega, Nelson Machado e Paulo Bernardo.

Em janeiro de 2003, na posse de Lula, Guido Mantega foi nomeado Ministro do Planejamento ficando até novembro de 2004. Mantega tornou-se professor da FGV SP em 1981 e em 1982 professor na PUC-SP aonde ficou até 1987. De 1989 a 1992 foi Diretor de Orçamento e Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, nomeado Ministro do Planejamento em 2003 aonde ficou até 2004, quando passou a ser presidente do BNDES, até 2006, sendo nomeado Ministro da Fazenda até sair em 2014.

Nelson Machado foi Ministro Interino do Planejamento de novembro de 2004 a março de 2005. Trabalhou como agente fiscal de renda do Estado de São Paulo, como professor, em 1991 e 1992 foi chefe de gabinete da Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo, coordenador do Programa de Modernização do Controle Interno e Administração Financeira da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo em 1997 e 1998 e diretor da Escola Fazendária do Estado de São Paulo de 1995 a 1998 e de 2001 a 2002. Em 2003 se tornou secretário executivo do Ministério do Planejamento, com Mantega saindo em novembro de

2004 se tornou Ministro Interino até março de 2005. Tornou-se em 2005 Ministro da Previdência Social, deixando a pasta em 2007 quando passou a ser secretário executivo do Ministério da Fazenda.

Em março de 2005 Paulo Bernardo foi nomeado Ministro do Planejamento, permanecendo no cargo até o fim do governo Lula. Foi funcionário do Banco do Brasil, atuou como diretor da Federação dos Bancários do Paraná e pertenceu a Executiva Nacional dos Bancários. Candidatou-se a deputado federal pelo PT em 1986 porém não foi eleito, em 1990 conseguiu ser eleito para o cargo sendo reeleito em 1994, em 1998 não conseguiu ser eleito novamente. Em 1999 esteve como Secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul ficando até final de 2000, em 2001 e 2002 passou a ser Secretário de Fazenda de Londrina, em 2002 concorreu e foi eleito como deputado federal. De 2005 a 2010 atuou como Ministro do Planejamento e de 2011 a 2014 como Ministro das Comunicações de Dilma.

No Governo FHC dos seis Ministros cinco deles antes eram do governo, de instituições públicas ou atuaram em órgãos internacionais como FMI, BID e ONU, e o outro teve carreira diversificada trabalhando no governo, em empresas estatais, como consultor e em empresa financeira, após o Ministério três deles, mesmo quando não imediatamente, trabalharam em empresas privadas (dois no ramo financeiro), e os outros três ficaram no governo, em empresas públicas ou na política. Já no Governo Lula os três ministros tiveram cargos anteriores em governos, públicos ou estavam na política, tendo um deles também sido do Banco do Brasil, depois do Ministério todos continuaram no governo e um além do governo esteve no BNDES.

Nenhuma nomeação de Lula tinha carreira em empresa privada e somente um de seis de FHC tinha carreira em empresa privada. Com relação a saída do Ministério, com Lula todos ficaram no governo ou em empresas estatais, enquanto com FHC metade dos ministros passaram por empresas privadas. Em comparação, as nomeações dos dois partidos seguiram um mesmo padrão, com a diferença significativa se comportando na saída do Ministério.

Portanto, verifica-se que a mudança de partido, do PSDB para o PT, não afeta significativamente as nomeações para o governo. A transição de um partido para o outro apenas demonstra uma continuidade da política de nomeação, com praticamente o mesmo número de gestores do capital fazendo parte do governo. O que mostra a presença contínua dos gestores do capital nos governos, e mesmo que houvesse um discurso de mudança por parte do PT, a questão da rotação dos gestores do capital no governo continuou da mesma forma.

3.3 Crise de 2008

A crise mundial de 2008, com origem na bolha de financiamento imobiliário dos Estados Unidos, causou, no mesmo ano um impacto momentâneo no Brasil, porém não afetou imediatamente de forma mais prolongada como em outros países. Assim, vê-se que os padrões de nomeação de Lula não sofreram influências fortes o suficiente, pela crise, para serem alterados.

O fato de a crise não afetar significativamente o Brasil, na época, foi utilizado como plataforma política pelo PT para a eleição de Dilma Rousseff em 2010. Porém, a crise não foi contornada, mas sim adiada inclusive por meio de políticas aplicadas naquele momento, assim a crise começou a se mostrar fortemente a partir de 2014, estourando de vez em 2015, sendo um fator importante do processo de impeachment de Dilma em 2016.

Em 2011, Dilma Rousseff assumiu a presidência. Nomeou um único presidente do Banco Central em seu governo, Alexandre Tombini, em janeiro de 2011 ficando até Dilma ser afastada do cargo em junho de 2016. Tombini atuou no Banco Central de 1998 até 2001 quando foi para o Fundo Monetário Internacional (FMI) ficando até 2005, voltando para o Banco Central e assumindo sua presidência em 2011.

Dilma teve seu único nomeado a presidente do BC advindo do próprio BC e do FMI, diferentemente de FHC e Lula, privilegiando quem vinha de órgãos governamentais e internacionais não privados. Assim, apesar da troca do PSDB de FHC para o PT de Lula não haver mudança, a troca do PT de Lula para o PT de Dilma houve alteração.

Como presidente da CVM o único indicado por Dilma foi Leonardo Pereira que assumiu a presidência em novembro de 2012. Tendo em sua carreira sido vice-presidente executivo da Gol Linhas Aéreas e presidente e conselheiro da Companhia Vale do Araguaia. Atuou como diretor financeiro da Net Serviços de Comunicação e como diretor da Globopar. Foi diretor da área de aviação e vice-presidente do Citibank. Portanto, a carreira anterior de Leonardo Pereira teve relação com diversas empresas privadas, indo para o governo depois.

Durante o governo Dilma, existiram dois presidentes do CADE, Fernando de Magalhães Furlan e Vinicius Marques de Carvalho.

Em 2011 Fernando de Magalhães Furlan assumiu a presidência do CADE ficando até 2012. Furlan atuou no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e no próprio CADE antes de assumir sua presidência. Abriu em 2012 uma consultoria especializada em defesa concorrencial, em 2015 foi assessor especial da Câmara de Comércio

Exterior (Camex) até ser secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no mesmo ano.

Vinicius Marques de Carvalho assumiu em 2012 a presidência do CADE ficando até 2016. Vinicius Marques de Carvalho trabalhou no CADE, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e foi secretário da Secretaria de Direito Econômico no Ministério da Justiça antes de ir para a presidência do CADE.

No governo Dilma os dois nomeados trabalharam no próprio CADE, com Magalhães Furlan também trabalhando para o governo, ele depois abriu uma empresa de consultoria especializada em defesa concorrencial, voltando depois para órgãos do governo. Ou seja, Furlan utilizou seu conhecimento adquirido no CADE para prestar consultoria na mesma área, após isto voltou ao governo, como se fosse uma rotação inversa, transitando do governo para prestar consultoria ao setor privado e depois voltando ao governo novamente.

Para o Ministério da Fazenda, Dilma continuou com Guido Mantega no primeiro mandato todo, porém não se encontrou dados de sua carreira posterior ao Ministério.

Dilma nomeou em janeiro de 2011 Miriam Belchior para o Ministério do Planejamento, aonde ficou até o fim do primeiro mandato de Dilma em dezembro de 2014. Entre 1997 e 2002 atuou como Secretária de Administração e Modernização Administrativa e como Secretária de Inclusão Social e Habitação da Prefeitura Municipal de Santo André. Trabalhou como professora da Universidade São Marcos de 1999 a 2002 e na Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento de Administração, Contabilidade e Economia entre 2001 e 2008. Foi assessora do Presidente Lula em 2003 e 2004, assumindo a Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, em 2010 atuou como coordenadora geral do PAC e em 2011 foi nomeada Ministra do Planejamento ficando até 2014. Em 2015 assumiu a presidência da Caixa Econômica Federal permanecendo até 2016. Assim, Miriam não teve ligações diretas com empresas privadas.

Em 2014, apesar da presença da crise em cenário nacional, Dilma conseguiu a reeleição, iniciando o seu segundo mandato em janeiro de 2015. Como presidentes do Banco Central, da CVM e do CADE continuaram os mesmos do primeiro mandato.

Comparando segundo a crise de 2008 nestes órgãos, Lula continuou com o mesmo presidente do Banco Central depois de 2008 porém com a posse de Dilma, em 2011, houve a nomeação de alguém que não vinha do mercado financeiro, como o de Lula. Pela CVM a única mudança que teve na nomeação do governo Lula antes de 2008 e na nomeação do governo Dilma, a primeira após a crise de 2008, tendo sido feita somente em 2012, foi a de

que além de trabalhar no setor financeiro como a do governo Lula a do governo Dilma também trabalhou em empresas privadas de outros setores. Já no CADE não houve nenhuma mudança a partir da crise de 2008 na nomeação de sua presidência. Contudo, como já mencionado a crise só atingiu fortemente o Brasil a partir de 2014, e com os dados obtidos não é possível fazer uma ligação significativa das alterações destes órgãos causados pela crise.

Para o Ministério da Fazenda, Dilma nomeou em seu segundo mandato Joaquim Levy e Nelson Barbosa.

Joaquim Levy foi nomeado por Dilma em janeiro de 2015, no início de seu segundo mandato, ficando até dezembro do mesmo ano. Iniciou sua carreira no Departamento de Engenharia e na Diretoria de Operações da Flumar S/A Navegação, foi professor da FGV, depois atuou no FMI aonde ficou de 1992 a 1999, trabalhou de 1999 a 2000 no Banco Central Europeu como economista visitante. Em 2000 esteve como secretário adjunto no Ministério da Fazenda, em 2001 como economista chefe no Ministério do Planejamento, em 2003 como secretário do Tesouro Nacional ficando até 2006 quando se tornou vice-presidente de Finanças e Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento. De 2007 a 2010 foi secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, de 2010 a 2014 diretor pela gestora de ativos do Banco Bradesco (BRAM), encaminhando-se para o Ministério da Fazenda em 2015. Em 2016 se tornou diretor financeiro do Banco Mundial.

Dilma nomeou em dezembro de 2015 Nelson Barbosa como Ministro da Fazenda, aonde ficou até maio de 2016. Exerceu vários cargos acadêmicos, foi analista do Banco Central de 1994 a 1997, chefe adjunto no Ministério do Planejamento em 2003 e assessor da presidência do BNDES em 2005 e 2006. Exerceu alguns cargos do Ministério da Fazenda de 2006 a 2012, atuou como Presidente do Conselho do Banco do Brasil de 2009 a 2013, membro do Conselho de Administração da Vale de 2011 a 2013, membro do conselho do Banco de Brasília em 2013 e 2014 e como membro do conselho da CETIP (empresa prestadora de serviços pro capital financeiro) em 2014. Assumiu o Ministério do Planejamento em 2015, saindo para o Ministério da Fazenda em dezembro do mesmo ano aonde ficou até 2016.

Com a crise de 2008 tanto Lula quanto Dilma, com sua posse em 2011, mantiveram o mesmo ministro de imediato, porém Dilma no seu segundo mandato em 2015 com pressões por conta da crise econômica mudou seu ministro trazendo um com carreira no setor privado e financeiro ao contrário do outro, além desse ainda ter trabalhado em organizações financeiras internacionais.

Já para o Ministério do Planejamento, Dilma nomeou Nelson Barbosa e Valdir Moysés Simão.

Em janeiro de 2015 Nelson Barbosa assumiu o Ministério do Planejamento deixando o cargo em dezembro do mesmo ano quando assumiu o Ministério da Fazenda, conforme já mencionado. Assim, teve cargos acadêmicos, trabalhou no Banco Central, BNDES, Banco do Brasil, Banco de Brasília, Vale, CETIP (empresa prestadora de serviços pro capital financeiro) e teve cargos no governo. Após o Ministério continuou no governo.

Em dezembro de 2015 Valdir Moysés Simão assumiu como Ministro do Planejamento, deixando o cargo com o afastamento de Dilma em maio de 2016. Teve carreira de auditor na Receita Federal iniciando em 1987. Em 2000, foi do Instituto Nacional do Seguro Social no Estado de São Paulo. De 2000 a 2003, esteve como diretor no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e entre 2005 a 2007 como presidente. De 2007 a 2008, atuou na Receita Federal do Brasil e como assessor no Ministério da Previdência Social, já em 2008 foi novamente presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), até 2010. Atuou, em 2011, como secretário de estado da Fazenda do Distrito Federal, entre 2011 e 2013 como secretário-executivo no Ministério do Turismo. Depois, foi assessor especial do Gabinete Pessoal da Presidente da República. Em 2014, foi Secretário-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, sendo em 2015 convidado para o cargo de ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU).

Durante o Governo Lula não se teve mudanças relevantes no padrão das nomeações sendo todos, anteriormente, do governo ou setor público, não se verificando com a crise de 2008 alteração, com a posse de Dilma em 2011 também seguiu o mesmo padrão, porém no início de seu segundo mandato, em 2015, em meio à crise econômica e política houve uma renovação ministerial e no Ministério do Planejamento foi nomeado alguém com passagem pelo setor privado inclusive no financeiro.

No final de 2015, Dilma foi acusada por crime de responsabilidade fiscal, instalando-se um processo de impeachment que em 12 de maio de 2016 se deu o afastamento de suas funções, até que em 31 de agosto do mesmo ano foi retirada do cargo de presidente pelo senado, assumindo em definitivo seu vice Michel Temer.

Verifica-se que a crise de 2008, mesmo que mais tarde, afetou o padrão das nomeações do governo, porém somente a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2015, quando a crise já estava acentuada o que inclusive afetou suas ligações políticas. Assim, os nomeados a Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento, ao contrário dos seus precedentes, tinham relações com o setor privado e financeiro. Ainda se verifica que, na

passagem do governo Lula para o governo Dilma, há uma mudança no padrão de nomeação na presidência do Banco Central, por exemplo, assumindo no governo Dilma alguém que não tinha ligações com o setor privado e com o mercado financeiro, diferente do padrão de nomeados por Lula e também FHC.

Portanto, a rotação dos gestores do capital é algo ativo em todos os governos, porém cada governo apresenta sua particularidade, com o primeiro mandato de Dilma e o governo de Itamar Franco, por exemplo, possuindo uma menor presença destes gestores do capital, enquanto no segundo mandato de Dilma, frente à crise ter abalado mais forte a partir deste período, junto aos governos de Lula, FHC e Collor há maior presença destes gestores. Outra percepção se comporta em uma maioria destes gestores se relacionando com o capital financeiro, mostrando a relevância do capital financeiro para o cenário atual.

Quanto aos focos dados na pesquisa, percebe-se que a mudança de partido no poder de 2002 para 2003 não modifica a dinâmica de rotação dos gestores no governo, denotando que o governo Lula não muda a política imposta por Fernando Henrique nas nomeações dos cargos destes órgãos, aproximando o governo petista de Lula do psdbista de FHC nesse sentido. Contudo, evidencia-se uma mudança do governo Lula para o primeiro mandato do governo Dilma, apesar de se tratar do mesmo partido no poder, há certa alteração no padrão de nomeação, com Dilma em seu primeiro mandato nomeando menos gestores do capital que Lula.

No que se refere à influência das crises de 1998 e a crise de 2008, encontra-se modificações significativas porém particulares. Na crise de 1998 há a mudança no Banco Central, colocando-se um gestor de empresa privada no lugar de alguém que não possuía tal ligação, enquanto com a crise de 2008, porém em 2015, no segundo mandato do governo Dilma, quando a crise foi mais sentida, modificam-se os Ministérios da Fazenda e do Planejamento no mesmo sentido, trocando alguém que não possuía ligação com o setor privado por alguém que possuía. Isto identifica a particularidade de cada momento, ou seja, demonstra que cada crise afetou de uma maneira o governo, e que requisitou órgãos diferentes para se modificar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou estudar a rotação dos gestores do capital no Brasil de 1990 a 2016, frente à crise de 1998, a mudança de partido no poder (2002-2003) e a crise de 2008. Para isso, foram analisados cinco órgãos que detinham ligação econômica direta, são eles: Banco Central, Comissão de Valores Monetários, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento.

A partir da literatura, foi visto que através da acumulação do capital e sua busca por lucro, há a concorrência e as consequentes concentração e centralização do capital, pela quebra das menores empresas, e com a ampliação deste capital os gestores são requisitados de forma a controlar as empresas em busca de continuar esta obtenção de lucro. Junto a isso, o capital financeiro aparece, entre outras formas, como meio de investimento das empresas de forma a obter maior acumulação, o que acaba dando ao capital financeiro um domínio que é aumentado.

Pelo capital financeiro não se preocupar com o investimento em setores específicos e sim onde surge a maior lucratividade, a acumulação do capital se torna diferenciada. A partir do aumento de poder do capital financeiro e sua hegemonia criada, seus gestores acabam participando dessa hegemonia. O neoliberalismo com seu ideal de liberalização econômica, para que o capital tenha liberdade de acumulação, colabora com esta hegemonia, já que a liberdade ao setor financeiro permite este a utilizar diversas ferramentas em favor de sua acumulação.

Os gestores, que estão na cúpula, por sua condição como controlador do capital em sua busca por acumulação, acabam adquirindo uma posição estratégica, que antes pertencia aos proprietários, mas que tem o intuito da perseguição dos interesses do capital. Estes gestores acabam indo para o Estado, para atuarem como representantes do capital, nisso demonstra-se o movimento de rotação destes gestores entre o setor privado e o Estado, a “porta giratória”. Que, portanto, é o intuito da análise aqui presente, determinando a influência que certas condições impõem a esta rotação.

Assim, através das análises feitas no período correspondente, percebe-se que no Banco Central, FHC e Lula buscaram nomes privilegiando os gestores vindos do mercado financeiro enquanto Dilma não. Depois da crise de 1998 FHC trocou quem não tinha origem no mercado financeiro por quem tinha. Na CVM, os presidentes após a CVM foram para empresas e não se teve regularidade nas nomeações, com a crise de 1998 FHC nomeou alguém do mercado financeiro. No CADE, praticamente todos presidentes não pertenciam ao setor privado e

depois do CADE foram para este setor. No Ministério da Fazenda, entre FHC e Lula não houve diferença nas nomeações tendo nenhum sido do setor privado, porém o Ministro de FHC foi para o setor privado financeiro em seguida, já com a Dilma em meio a turbulências e pressões políticas e econômicas (crise de 2008) levou para o governo no segundo mandato em 2015 alguém do setor privado financeiro. No caso do Ministério do Planejamento não houve mudanças relevantes em nomeação na mudança de governo do FHC para o Lula sendo de nomes quase todos sem passagem pelo setor privado, porém Dilma em 2015 da mesma forma (crise política e crise de 2008) nomeou o Ministro que pertenceu ao setor privado.

Deste modo, percebe-se que há certa diferença no padrão das nomeações de cada instituição pesquisada, mas, também, existem diferenças pontuais em cada governo. Sobre a mudança de partido, com a troca do PSDB de FHC para o PT de Lula não se teve uma mudança tão relevante no padrão de nomeação, tendo em alguns casos mudanças mais relevantes do governo Lula para o governo Dilma, sendo ambos do mesmo partido.

Registra-se que na saída dos nomeados das instituições pesquisadas são muitas vezes, mesmo que depois de certo tempo, verificadas passagens para a iniciativa privada para o setor financeiro e prestando consultorias em alguns casos abrindo empresas de consultorias. Evidenciando a passagem do conhecimento adquirido no governo, pelo gestor, para a iniciativa privada, mesmo que exista um período de quarentena, que por lei é curto (seis meses), tal período não faz com que o conhecimento se dissipe, ainda mais pela valorização do gestor que adquire este conhecimento.

Vê-se, ainda, que a rotação existe em todos os governos e que os gestores que rotacionam são majoritariamente ligados ao capital financeiro. Além disso, os órgãos executores da política econômica, Banco Central, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, são os mais relevantes nas mudanças no comportamento das nomeações, com os órgãos relacionados ao suporte de decisões e auxílios, CVM e CADE, não tendo tal relevância.

No que se refere a influência das crises, ambas constituíram importantes modificações no padrão de nomeações, porém com especificidades. Pois, enquanto a crise de 1998 afetou a nomeação no Banco Central, assumindo a presidência alguém do setor financeiro, ao contrário de seu antecessor, a crise de 2008, que afetou as nomeações somente no início de 2015 já que esta crise afetou fortemente a partir de 2014, acabou por afetar os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, no mesmo sentido, colocando alguém do setor financeiro em troca de quem não tinha relação com o setor anteriormente.

Portanto, as crises aceleram a rotação dos gestores do capital no governo, mostrando que as diferenças de uma para a outra pode ser de acordo com a especificidade de cada crise. Nesse sentido, é confirmada a presença dos gestores do capital no movimento denominado “porta giratória”, que é aprofundado com a crise, mas com a mudança de partido de 2002 para 2003 não é aprofundado e apenas mantido este movimento. Assim, com os gestores do capital se fazendo mais presentes a partir de crises, as decisões econômicas nesses momentos estão em suas mãos, denotando seu poder de decisão não só em momentos comuns mas também delicados como estes.

No mais, os gestores do capital estão participando da “porta giratória” frequentemente nos governos, e não como tratado por Sicsú³ como uma presença destes gestores aprofundada somente no período atual, como no governo Temer.

Casos recentemente divulgados pela mídia, como o de Henrique Meirelles⁴ que recebeu milhões de reais em consultorias a diversos clientes, inclusive ao Banco Original do grupo J&F, prestadas após deixar de presidir o Banco Central em 2010, apontam que há conflitos perante a atuação de alguns gestores que estão inseridos na porta giratória com diversas presenças no governo. O que traz o debate sobre os conflitos de interesses e evidencia quais os interesses são buscados pelo governo, quem é favorecido e como é evidenciado tudo.

Assim, os gestores do capital se fazem presentes, como personificação do capital e de seus interesses, no Estado, aprofundando suas presenças em crises, o que demonstra todo seu poder de atuação e de decisão em momentos importantes. A orientação destes no Estado se comporta a favor do capital e não dos interesses sociais, mostrando que todo o processo de acumulação também está representado e garantido no Estado.

É importante colocar que esta pesquisa utilizou dados secundários para formar a biografia e currículo dos indivíduos nomeados, assim, limita-se aos dados disponibilizados, o que acarretou, por exemplo, de alguns casos com a falta do perfil como um todo ou somente uma parte do perfil.

Como forma de aprofundamento da questão aqui analisada, registra-se que há pouca exploração do tema no caso brasileiro, assim indica-se tanto o aprofundamento do período aqui analisado, por se tratar apenas de cinco órgãos, como também da expansão para outros

³ Sicsú, João. O que é a CEOcracia? **Carta Capital**, p. 15, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-que-e-a-ceocracia>>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

⁴ Visto em: Folha de São Paulo. Meirelles ganhou R\$ 217 mi fora do país antes de virar ministro, diz site. **Folha de São Paulo**, p. 26, jul. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/07/1904527-meirelles-recebeu-mais-de-r-200-milhoes-em-conta-no-exterior-diz-site.shtml>>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

períodos e outros governos a serem analisados. Visto que é um tema importante de análise, já que corresponde a interesses políticos correspondentes de uma classe específica, ditando-os frente a classe mais vulnerável na sociedade capitalista, a exploração do tema, tanto em outros locais, como países, estados, municípios, etc., como na identificação de outros períodos históricos, são de fundamental importância para a exposição do problema posto entre gestores do capital frente sua circulação e relação com o Estado.

REFERÊNCIAS

AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fabio. A Crise Brasileira de 1998/1999 – Origens e Consequências. **Texto para Discussão nº 77**. Rio de Janeiro, maio 2000.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Crescimento da dívida pública e política monetária no Brasil (1991-2014). **Texto para Discussão**. Unicamp. IE, Campinas, n. 273, abr. 2016.

BERLE, Adolf A. **A revolução capitalista do século XX**. Rio de Janeiro: Ipanema, s/d.

BORGES, Daniela Silva. Quarentena no serviço público e nova lei de conflito de interesses. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 4009, 23 jun. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/29517>>. Acesso em: 4 set. 2015.

BOSCHI, Renato; RAVENA, Nirvia. **Bureaucrats and Water Regulatory Policy in Brazil Between Corporatist Behavior and Revolving Door Reality**. s/d.

BRASIL. LEI Nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego**; e revoga dispositivos da Lei no 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nos 2.21637, de 31 de agosto de 2001, e 2.22545, de 4 de setembro de 2001. Brasília, DF, 16 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/l12813.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CAMPOS, Adriano; COSTA, Jorge; LOPES, João Teixeira; LOUÇÃ, Francisco; MONIZ, Nuno. Representantes e dominantes: Os governantes e as relações de classe em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 108, 55-74, Dezembro 2015.

CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COROADO, Susana. **Lóbi a descoberto: o mercado de influências em Portugal**. Lisboa: TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica, 2014.

DIAS, A. C.; DOS SANTOS, A. R.; SOUSA, A.; CRISÓSTOMO, D.; PINTO, G.; PEREIRA, L.; ALEXANDRE, M.; CAPAZ, R.; PAULO, T.; RAMIRO, P. The Revolving Door: Evidence from the United Kingdom, Germany, France, Spain, Belgium, Greece and Brazil. **Working Papers**, WP11/2015/DE/UECE. Universidade de Lisboa, June 2015.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DOBB, Maurice. **Capitalismo ontem e hoje**. Lisboa: Estampa, 1975.

DOWBOR, Ladislau. **A crise financeira sem mistérios**: convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

DREIFFUS, René Armand. **1964**, A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULCI, Otavio Soares. Economia e política na crise global. **Estudos Avançados**, 23 (65), 2009.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GALBRAITH, John Kenneth. **O novo estado industrial**. São Paulo: Pioneira, 1983.

GRANEMANN, Sara. **Para uma interpretação marxista da ‘previdência privada’**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.

JUSTEN, A.; GURGEL, C. R. M.; FERRAZ, D. L. S.; PAÇO CUNHA, E. Administração política: por uma agenda de pesquisa marxista. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, 4(10), 664-760. 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl. **O capital. Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **The necessity of social control**. New York: Monthly Review Press, 2015.

MONTEIRO, Jorge Vianna. O lado escuro da escolha pública. **RAP**. Rio de Janeiro, 41(3):585-96, Maio/Jun. 2007

PAÇO CUNHA, Elcemir. Ensino da administração política e consciência de classe. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 9, n. 2: 33-64, 2016.

SHIVE, Sophie; FORSTER, Margaret. The Revolving Door for Financial Regulators. **Review of Finance**, jul., 2016 doi: 10.1093/rof/rfw035

STIGLITZ, Joseph E. **El malestar en la globalización**. Madrid: Taurus, 2002.

ZEITLIN, Maurice. Corporate Ownership and Control: The Large Corporation and the Capitalist Class. **American Journal of Sociology**. Volume 79, Number 5. 2016.

APÊNDICE – REFERÊNCIAS DOS CURRÍCULOS

Quadro 1: Gestores dos órgãos pesquisados e sites que foram consultados os currículos

Nome	Função Ocupada	Sites da Consulta
Ibrahim Eris	Presidente do Banco Central	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eris-ibrahim >, acesso em 23 de junho de 2017
Francisco Roberto André Gros	Presidente do Banco Central	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francois-robot-andre-gros >, acesso em 23 de junho de 2017
		< http://www.bloomberg.com/research/stocks/private/person.asp?personId=1501481&privcapId=49668531 >, acesso em 23 de junho de 2017
Gustavo Jorge Laboissière Loyola	Presidente do Banco Central	< https://www.itau.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/IHF-CM-Comite-de-Auditoria-port.pdf >, acesso em 2 de junho de 2017
		< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-jorge-laboissiere-loiola >, acesso em 24 de abril de 2017
		< http://www.bloomberg.com/research/stocks/private/person.asp?personId=27776514&privcapId=109477493&previoususCapId=139701991&previousTitle=Cambuhy%20Investimentos%20Ltda >, acesso em 2 de junho de 2017
Paulo Cesar Ximenes Alves Ferreira	Presidente do Banco Central	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-cesar-ximenes-alves-ferreira >, acesso em 23 de junho de 2017
Pedro Sampaio Malan	Presidente do Banco Central e Ministro da Fazenda	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/pedro-sampaio-malan >, acesso em 15 de maio de 2017
		< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-sampaio-malan >, acesso em 15 de maio de 2017
		< https://www.bloomberg.com/research/stocks/people/person.asp?personId=8053252&privcapId=28447217 >, acesso em 15 de maio de 2017
Persio Arida	Presidente do Banco Central	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arida-persio >, acesso em 24 abril de 2017
		< https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/person.asp?personId=941638&privcapId=207313236 >, acesso em 2 de junho de 2017
Gustavo Henrique de Barroso Franco	Presidente do Banco Central	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-gustavo >, acesso em 24 de abril de 2017
		< http://www.bloomberg.com/research/stocks/people/person.asp?personId=9223985&privcapId=9193917 >, acesso em 2 de junho de 2017
Arminio Fraga Neto	Presidente do Banco Central	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fraga-arminio >, acesso em 24 de abril de 2017

		<p><https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/person.asp?personId=47311466&privcapId=33595576>, acesso em 2 de junho de 2017</p> <p><http://ultimosegundo.ig.com.br/os-60-mais-poderosos/arminio-fraga/52212e9f63e3ea5a4e000002.html>, acesso em 2 de junho de 2017</p>
Henrique de Campos Meirelles	Presidente do Banco Central	<p><http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2016/05/quem-e-henrique-meirelles-que-pode-assumir-fazenda.html>, acesso em 24 de abril de 2017</p> <p><http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/henrique-de-campos-meirelles>, acesso em 20 de maio de 2017</p> <p><http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meireles-henrique> acesso em 20 de maio de 2017</p> <p><https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/person.asp?personId=616195&privcapId=544741>, acesso em 20 de maio de 2017</p>
Alexandre Antonio Tombini	Presidente do Banco Central	< http://www.bcb.gov.br/pre/quemequem/port/tombini.asp?idpai=diretoria >, acesso em 24 de abril de 2017
Ary Oswaldo Mattos Filho	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários	<p><http://www.mattosfilho.com.br/pages/curriculo/nID/56/Advogado/ary-oswaldo-mattos-filho>, acesso em 25 de junho de 2017</p> <p><http://direitosp.fgv.br/professor/ary-oswaldo-mattos-filho>, acesso em 25 de junho de 2017</p>
Roberto Faldini	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários	< http://www.bloomberg.com/research/stocks/people/person.asp?personId=8098649&privcapId=683718 >, acesso em 25 de junho de 2017
Thomas Tosta de Sá	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários	<p><http://www.valor.com.br/colunistas/Thomas%20Tosta%20de%20S%C3%A1>, acesso em 1 de maio de 2017</p> <p><http://ibmec.org.br/institucional/>, acesso em 1 de maio de 2017</p>
Francisco da Costa e Silva	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários	< http://www.sbeventos.com/Encontro_Abrasca_Companhias_Abertas/2-encontro/palestrantes/Francisco_da_Costa.htm >, acesso em 1 de maio de 2017
José Luiz Osorio de Almeida Filho	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários	<p><http://www.fazenda.gov.br/noticias/1999/r991214>, acesso em 1 de maio de 2017</p> <p><http://www.bloomberg.com/research/stocks/private/person.asp?personId=49616107&privcapId=37507176&previousCapId=546838&previousTitle=QUALCOMM%20Ventures>, acesso em 1 de maio de 2017</p>
Luiz Leonardo Cantidiano	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários	<p><http://tractebel.investor-relations.com.br/curriculos/luizleonardo.html>, acesso em 1 de maio de 2017</p> <p><http://www.bloomberg.com/research/stocks/private/person.asp?personId=65052103&privcapId=882974&previousCapId=22372343&previousTitle=INTERNATIONAL%20POWER%20PLC>, acesso em 2 de junho de 2017</p>
Marcelo Fernandez Trindade	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários	< http://www.bloomberg.com/research/stocks/people/person.asp?personId=58553960&privcapId=21953226 >, acesso em 1 de maio de 2017

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários	<p><http://www.bloomberg.com/research/stocks/people/person.asp?personId=133262977&privcapId=879865>, acesso em 1 de maio de 2017</p> <p><http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalheDownload.asp?site=C&prot=371111>, acesso em 1 de maio de 2017</p> <p><http://www.gpari.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=31653>, acesso em 1 de maio de 2017</p>
Leonardo Pereira	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários	<p><http://www.cvm.gov.br/alta_administracao/PTE.html>, acesso em 1 de maio de 2017</p>
Ruy Coutinho do Nascimento	Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica	<p><http://ciers.org.br/palestrante/ruy-coutinho-do-nascimento/>, acesso em 14 de maio de 2017</p> <p><http://www.arruda-sampaio.com/profissionais/consultores.html>, acesso em 14 de maio de 2017</p>
Gesner Jose Oliveira Filho	Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica	<p><http://www.fgv.br/eaesp/curriculo/dol_mini_curriculum.asp?num_func=214&cd_idioma=1>, acesso em 14 de maio de 2017</p> <p><http://www.fgv.br/eaesp/curriculo/dol_curriculum_completo.asp>, acesso em 14 de maio de 2017</p> <p><http://lattes.cnpq.br/5490236458552356>, acesso em 14 de maio de 2017</p>
João Grandino Rodas	Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica	<p><http://grandinorodas.com.br/index.php/category/curriculum/>, acesso em 14 de maio de 2017</p>
Elizabeth Maria Mercier Querido Farina	Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica	<p><http://lattes.cnpq.br/0422296562784580>, acesso em 14 de maio de 2017</p> <p><http://www.unica.com.br/equipe/1/>, acesso em 14 de maio de 2017</p> <p><http://www.tendencias.com.br/page.cgi?id=4>, acesso em 14 de maio de 2017</p>
Arthur Sanchez Badin	Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica	<p><http://direitorio.fgv.br/corpo-docente/arthur-badin>, acesso em 14 de maio de 2017</p> <p><http://lattes.cnpq.br/3327926509131029>, acesso em 14 de maio de 2017</p>
Fernando de Magalhães Furlan	Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica	<p><http://www.comexdobrasil.com/fernando-de-magalhaes-furlan-e-nomeado-para-o-cargo-de-novo-secretario-executivo-do-mdic/>, acesso em 14 de maio de 2017</p> <p><http://veja.abril.com.br/economia/ex-presidente-do-cade-abre-consultoria/>, acesso em 14 de maio de 2017</p>
Vinicius Marques de Carvalho	Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica	<p><http://veja.abril.com.br/brasil/presidente-do-cade-e-militante-do-pt-ha-13-anos/>, acesso em 14 de maio de 2017</p> <p><http://worldfellows.yale.edu/vinicius-marques-de-carvalho>, acesso em 14 de maio de 2017</p> <p><http://globalcompetitionreview.com/author/profile/1002053/vin%C3%ADcius-marques-de-carvalho>, acesso em 14 de maio de 2017</p>
Zélia Maria Cardoso de Mello	Ministra da Economia	<p><http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/zelia-maria-cardoso-de-mello>, acesso em 25 de junho de 2017</p> <p><http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/zelia-maria-cardoso-de-mello>, acesso em 25 de junho de 2017</p>

Márcilio Marques Moreira	Ministro da Fazenda	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/marcilio-marques-moreira >, acesso em 25 de junho de 2017
		< http://palavra.com/v2/marcilio-marques-moreira-palestrante-palavra >, acesso em 25 de junho de 2017
		< https://www.bloomberg.com/research/stocks/people/person.asp?personId=46452873&privcapId=5927176 >, acesso em 25 de junho de 2017
Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho	Ministro da Fazenda	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/gustavo-krause-goncalves-sobrinho >, acesso em 25 de junho de 2017
		< http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-krause-goncalves-sobrinho-1 >, acesso em 25 de junho de 2017
Paulo Roberto Haddad	Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/paulo-roberto-haddad >, acesso em 25 de junho de 2017
		< http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-roberto-haddad >, acesso em 25 de junho de 2017
Eliseu Resende	Ministro da Fazenda	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/eliseu-resende >, acesso em 25 de junho de 2017
		< http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eliseu-resende >, acesso em 25 de junho de 2017
Fernando Henrique Cardoso	Ministro da Fazenda	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/fernando-henrique-cardoso >, acesso em 25 de junho de 2017
		< http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-fernando-henrique >, acesso em 25 de junho de 2017
Rubens Ricúpero	Ministro da Fazenda	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/rubens-ricupero >, acesso em 25 de junho de 2017
		< http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ricupero-rubens >, acesso em 25 de junho de 2017
Ciro Ferreira Gomes	Ministro da Fazenda	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/ciro-ferreira-gomes >, acesso em 25 de junho de 2017
		< http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ciro-ferreira-gomes >, acesso em 25 de junho de 2017
Antonio Palocci Filho	Ministro da Fazenda	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/antonio-palocci-filho >, acesso em 15 de maio de 2017

		< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-palocci-filho >, acesso em 15 de maio de 2017
		< http://noticias.r7.com/brasil/noticias/conheca-a-trajectoria-do-ex-ministro-palocci-20110607.html >, acesso em 15 de maio de 2017
Guido Mantega	Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/guido-mantega >, acesso em 15 de maio de 2017
		< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mantega-guido >, acesso em 15 de maio de 2017
Joaquim Vieira Ferreira Levy	Ministro da Fazenda	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/joaquim-vieira-ferreira-levy >, acesso em 15 de maio de 2017
		< http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/joaquim-levy-e-anunciado-diretor-financieiro-do-banco-mundial.html >, acesso em 15 de maio de 2017
		< https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/person.asp?personId=13635359&privcapId=1035143 >, acesso em 15 de maio de 2017
Nelson Henrique Barbosa Filho	Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento	< http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/nelson-barbosa >, acesso em 15 de maio de 2017
		< http://lattes.cnpq.br/5437098161269003 >, acesso em 15 de maio de 2017
Yeda Rorato Crusius	Ministra do Planejamento	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ieda-rorato-crusius >, acesso em 25 de junho de 2017
		< http://www.yedacrusius.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Curriculo-Completo-2017.pdf >, acesso em 25 de junho de 2017
Alexis Stepanenko	Ministro do Planejamento	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/stepanenko-alexis >, acesso em 25 de junho de 2017
Beni Veras	Ministro do Planejamento	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/veras-beni >, acesso em 25 de junho de 2017
José Serra	Ministro do Planejamento	< http://www.joseserra.com.br/biografia/ >, acesso em 18 de maio de 2017
Antonio Kandir	Ministro do Planejamento	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-kandir-1 >, acesso em 18 de maio de 2017
		< http://www.aegea.com.br/ri/conselho-de-administracao/ >, acesso em 18 de maio de 2017
Paulo de Tarso Almeida Paiva	Ministro do Planejamento	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-de-tarso-almeida-paiva >, acesso em 18 de maio de 2017
		< http://www.fdc.org.br/professorespesquisa/professores/Paginas/detalhe-do-professor.aspx?IdP=7148 >, acesso em 18 de maio de 2017
Pedro Parente	Ministro do Planejamento	< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/parente-pedro >, acesso em 19 de maio de 2017

		<p><http://www.clp.org.br/Show/Pedro-Parente?+=+LEk8eR1R2cMMW7KTOHUow==>, acesso em 19 de maio de 2017</p> <p><http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/organograma/nossa-diretoria/>, acesso em 19 de maio de 2017</p>
Martus Tavares	Ministro do Planejamento	<p><http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tavares-martus>, acesso em 19 de maio de 2017</p> <p><http://ibmec.org.br/forumagnegocio/speakers/martus-tavares?ajax=true&width=100%&height=500px>, acesso em 19 de maio de 2017</p>
Guilherme Dias	Ministro do Planejamento	<p><http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dias-guilherme>, acesso em 20 de maio de 2017</p> <p><http://www.banestes.com.br/informes/2013/2013_05_29_01.htm>, acesso em 20 de maio de 2017</p> <p><http://www.banestes.com.br/informes/2017/michelsarkis-presidencia-banestes.html>, acesso em 20 de maio de 2017</p>
Nelson Machado	Ministro do Planejamento	<p><http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/machado-nelson>, acesso em 20 de maio de 2017</p> <p><http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/nelson-machado-vai-deixar-equipe-economica-do-governo,47254e>, acesso em 20 de maio de 2017</p>
Paulo Bernardo	Ministro do Planejamento	<p><http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-bernardo>, acesso em 20 de maio de 2017</p> <p><http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/paulo-bernardo-e-o-novo-ministro-das-comunicacoes-0abynlmonhw87se0iyotx9a0e>, acesso em 20 de maio de 2017</p> <p><https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/paulo-bernardo-confirma-saida-do-ministerio-das-comunicacoes.89892bdc6d60a410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>, acesso em 5 de junho de 2017</p>
Miriam Belchior	Ministra do Planejamento	<p><http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/o-ministro/perfis-de-ministros-antigos/miriam-belchior>, acesso em 18 de maio de 2017</p> <p><http://www.bloomberg.com/research/stocks/people/person.asp?personId=60890142&privcapId=26936075>, acesso em 20 de maio de 2017</p> <p><g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/11/saiba-quem-e-miriam-belchior-futura-ministra-do-planejamento.html>, acesso em 20 de maio de 2017</p> <p><https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2015/02/10/miriam-belchior-e-a-nova-presidente-da-caixa-economica-federal.htm>, acesso em 20 de maio de 2017</p> <p><http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/miriam-belchior-e-exonerada-da-presidencia-da-caixa>, acesso em 20 de maio de 2017</p>
Valdir Moysés Simão	Ministro do Planejamento	<p><http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/o-ministro/perfis-de-ministros-antigos/perfil-valdir-simao>, acesso em 18 de maio de 2017</p>

		<p><http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/valdir-simao-assume-o-ministerio-do-planejamento.html>, acesso em 20 de maio de 2017</p>
--	--	--